

Nº 525 • ANO XLVII
JANEIRO 2018 • MENSAL • €1,50

Revista da **ARMADA**



CERIMÔNIA

700 ANOS DA MARINHA

OS VALORES E MÉRITOS
DOS FUZILEIROS

BALANÇO DAS
ATIVIDADES – MARINHA

BALANÇO DAS
ATIVIDADES – AMN

700 ANOS DA MARINHA

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES

Após um ano em que ocorreram diversos eventos comemorativos, o dia 12 de dezembro de 2017 constituiu-se como a data de encerramento das comemorações dos 700 anos da assinatura do decreto real de D. Dinis, que criou a Marinha Portuguesa, enquanto organização naval estruturada.


O Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, presidiu às comemorações da efeméride, tendo embarcado em Belém para passar revista às mais de três dezenas de navios nacionais e de outras marinhas de países amigos ou organizações internacionais, que se encontravam fundeados no Tejo.

Após desembarque na Doca da Marinha, acompanhado do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), o Presidente da República dirigiu-se à tribuna, instalada no Terreiro do Paço, onde se encontravam diversas individualidades, nomeadamente o Ministro da Administração Interna, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os chefes de Estado-Maior da Força Aérea e do Exército, altos representantes de diversas Marinhas do mundo e vários elementos do corpo diplomático, tendo perante si uma formatura com mais de 700 militares.

A cerimónia militar iniciou-se com os cumprimentos ao Chefe de Estado com a execução do Hino Nacional pela Banda da Armada e com a tradicional salva de vinte e um tiros a partir do navio-escola *Sagres*, seguindo-se o cumprimento ao bloco de Estandartes Nacionais e o solene momento de homenagem aos mortos em combate, com a execução do toque de silêncio pelo terno de clarins.

O período de intervenções começou com a alocução histórica do CEMA e AMN, Almirante António Silva Ribeiro, que traçou as principais linhas da evolução deste ramo das Forças Armadas ao longo dos 700 anos, salientando as mais importantes campanhas e feitos gloriosos, e prosseguiu com a intervenção do Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Marcos Perestrelo, que evocou a alocução latina aposta no Arco da Rua Augusta – “Para que as virtudes dos antepassados a todos sirva de exemplo”, referindo que o nosso país e o mar *confundem-se*, pois *no mar radica a nossa identidade. Esta Marinha é do povo inteiro, celebrando a Marinha celebramos o mar e celebramos Portugal*.

O Presidente da República encerrou as intervenções recordando que *somos uma nação marítima e que a defesa de todos faz-se em terra, no ar e no mar*. Lembrou que o mar *representa um imprescindível fator de desenvolvimento para Portugal*, mas, advertiu, *não há desenvolvimento sem segurança e não há segurança sem as Forças Armadas e sem a Marinha*. Num tempo em que a soberania se alargou e a *defesa de todos se faz hoje aquém e além-fronteiras, o orgulho no passado e a segurança no presente não bastam para garantir o futuro. Não sendo a defesa de Portugal delegável, para apontar para esse futuro é necessário continuar a investir na Armada, investir nas pessoas, na dignificação das mulheres e homens que escolheram a carreira das armas para servir Portugal*, fazendo jus ao lema do Hino Nacional, “Heróis do Mar”, pois *é esse o nosso destino*, terminando com um *Viva a Marinha para que possa viver Portugal!*

Após oferta de uma espada de Oficial de Marinha ao Presidente da República, a cerimónia prosseguiu com o desfile das forças em parada, destacando-se a presença de um pelotão de antigos combatentes, muito aplaudidos pelos populares que assistiam à cerimónia, e de um pelotão de fuzileiros com a mesma forma de marchar e com os uniformes da Brigada Real da Marinha, terminando com os fuzileiros em marcha acelerada e com uma demonstração dos helicópteros *Lynx*, que sobrevoaram o Terreiro do Paço e os navios fundeados no Tejo. 



SUMÁRIO

02	700 Anos da Marinha – Cerimónia de Encerramento
07	NRP <i>Viana do Castelo</i> . Frontex – Missão Lampedusa
09	Lusitano 17
18	Cerimónia Militar
22	Direito do Mar e Direito Marítimo (13)
24	Academia de Marinha
25	Notícias
28	Novas Histórias da Botica (66)
29	Estórias (37)
30	Vigia da História (97)
31	Desporto
32	Saúde para Todos (51)
33	Quarto de Folga
34	Notícias Pessoais / Convívios
CC	Símbolos Heráldicos

OS VALORES E MÉRITOS DOS FUZILEIROS **04**



11 BALANÇO DAS ATIVIDADES 2017 – MARINHA



BALANÇO DAS ATIVIDADES 2017 – AMN **20**



Capa

Pelotão de Fuzileiros desfilando com o uniforme da Brigada Real da Marinha.

Foto SMOR L Almeida de Carvalho



Revista da
ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 525 / Ano XLVII
Janeiro 2017

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Diretor
CALM EMQ João Leonardo Valente dos Santos

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
1TEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Publicidade
Revista da Armada – Edifício das Instalações Centrais da Marinha – Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa – Portugal
Telef: 21 159 32 54

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
Página Ímpar, Lda.
Estrada de Benfica, 317- 1 Fte
1500-074 Lisboa

Tiragem média mensal: 4000 exemplares

OS VALORES E MÉRITOS DOS FUZILEIROS

Os fuzileiros, que foram criados no culto das mais antigas tradições navais, e são, permanentemente, forjados pelo rigor da vida no mar e na aspereza do serviço em terra, constituem o braço armado da Marinha, para a projeção do poder naval para além da linha da costa. Por isso, o seu lema é “Braço às Armas Feito”.

O apego aos rituais que os diferenciam, o orgulho nos símbolos que os identificam e na Marinha onde servem, aliados a uma arreigada camaradagem e a um inquestionável profissionalismo, são qualidades que caracterizam o nosso fuzileiro como um militar de eleição, bravo, taticamente hábil, leal, disciplinado, dotado de um espírito humanitário extremamente apurado, de um denodo invulgar e de um sentido do dever no mais alto grau. Por isso, têm visto os seus extraordinários valores e méritos reconhecidos por figuras de invulgar estatuto e insuspeitas de qualquer interesse corporativo.

Tomás Tamayo de Vargas, bibliógrafo, escritor e erudito espanhol, relativamente à Restauração da Baía, em 1625, referiu-se à bravura e sentido do dever dos militares do Terço da Armada, a primeira designação da Infantaria de Marinha, sob comando de D. Francisco de Almeida, nos seguintes termos:

«El Mestro de Campo Don Francisco de Almeida, que marchando desde la praia, adõde avia desembarcado para su quartel, i levando solamente trecientos hombres de las três Compañias de su Tercio, avia por orden del Maestro de Campo general dado ciento i cinquenta para traher unas piezas de artilleria, que quedaban atras, avia poco tiempo que hazia alto en campaña rasa com los demas: quando acometiendo el enemigo con una parte de su gente, mando que le saliesse a recibir Pedro Correa de Gama, su Sargento maior, conn cinquenta arcabuzeros, que le avian quedado, e el, com las picas, le investio tan a tiempo, i com tanto esfuerço por la puerta del monasterio, que le hizo, retirar hasta sus murallas, quedando aquel puesto tan importante, que aun no estava por nosotros, seguro desde entonces cõ su defensa.»



Recuperação da Baía de Todos os Santos – 1625.
Primeira ação do Terço da Armada (óleo sobre tela).

Lord Nelson, em carta de 19 de dezembro de 1790, ao Marquês de Nisa, cuja esquadra, com Infantaria de Marinha embarcada, operava no mar e em terra, na Ilha de Malta, refere-se à sua conduta exemplar, brava e meritória, bem como à disciplina do pessoal, do seguinte modo:

«... I have to request you will be pleased to communicate to the Commodores of the Squadron of her Most Faithful Majesty under your Excellency's orders, my sincere thanks and approbation of their services whilst under my command, as well as to the Captains and Officers serving under them, on board their respective Ships; and also to the Officers and Men serving on shore in the Kingdom of Naples, and at the Island of Malta, for their very exemplary, brave, and meritorious conduct, and strict obedience to command.»

A tomada de Caiena, em 1808/1809, foi a primeira missão da Brigada Real de Marinha no hemisfério Sul. Nela foram empenhados cerca de 300 infantes de Marinha, embarcados nos brigues *Infante D. Pedro* e *Voador*. A sua corajosa e competente ação foi determinante no desembarque e na entrada numa zona de fundos baixos. Numa carta de 1808, do Tenente-coronel Manuel Marques (de Elvas), ao governador do Pará, pode ler-se o seguinte:

«... o Guarda Marinha Irvin [Inglês] conta que no choque havido no assalto de cinquenta ingleses e quarenta portugueses do brigue “Infante D. Pedro” [da Brigada Real de Marinha], combinada contra os franceses, mataram um deles e fizeram prisioneiros o comandante, um capitão, um cirurgião, vinte soldados e trinta pretos; que tomaram algumas armas e puseram em fuga o resto da tropa [...] não ficando dos nossos ninguém ferido.»

O Comissário Régio de Moçambique, Major Mouzinho de Albuquerque, no relatório da Campanha dos Namarrais, em 1897, salientou a bravura e a habilidade tática das forças de Marinha naquele combate, dizendo:



Tomada de Caiena – 1808/1809 (óleo sobre tela).



Batalha de Môngua – 1915 (óleo sobre tela).

«Desde as nove e meia horas da manhã que o pelotão de Marinha que protegia os trabalhadores, empenhara o fogo contra o inimigo emboscado no mato que corta a linha de água e quando a coluna desembocou, formou rapidamente o quadrado, desafiando do 1º pelotão de Marinha, que estendido em atiradores guarnecia a orla a sul da machamba.

...Os auxiliares animados com a presença da coluna internaram-se então pelo mato, atravessando a linha de água e subindo rapidamente a vertente esquerda do vau, seguidos pelo chefe do estado maior e capitão mór, que ao desembocar na povoação no alto da encosta eram saudados por um vivo tiroteio. Regressando o chefe estado maior com estas informações ao quadrado o comandante da coluna fez avançar o pelotão de Marinha de protecção e o 2º pelotão de landins; apesar da densidade do mato, nas duas primeiras centenas de metros a percorrer, a Marinha chegara á orla da povoação dez minutos antes dos landins e ás primeiras descargas o inimigo cedia o campo avançando então toda a nossa linha, Marinha na direita e landins na esquerda, até á orla N. da primeira espessura de mato que divide os dois grandes grupos da povoação do Ibrahimo.»

O político e escritor João Pinheiro Chagas evidenciou, de forma sublime, as aptidões combatentes da força de Infantaria de Marinha, comandada pelo 1º Tenente Oliveira Muzanty que, em 1907/1908, realizou uma campanha na margem esquerda do rio Geba, contra os Felupes, os Balantas, os Papéis e os Fulas. Neste âmbito escreveu:

«Foi aqui que comecei a ver a grande superioridade do marinheiro nas guerras coloniais. Acostumado a climas africanos, enrobustecido pelo serviço no mar, suporta as marchas e as intempéries com facilidade.

Cheio do desembaraço e da iniciativa que a sua vida lhe dá nos combates e nos duros encargos da campanha, conserva sempre uma grande serenidade, energia e bom humor.»

O General Pereira d'Eça, comandante das forças em operações no sul de Angola em 1915, refere-se, no seu relatório sobre a campanha dos Cuamatos, ao comportamento do Batalhão Expedicionário de Marinha, comandado pelo 1º Tenente Afonso Cerqueira, realçando,

da seguinte forma, o carácter invulgar, a bravura, o denodo e o sentido do dever do nosso pessoal:

«Todas as Unidades cumpriram o seu dever por forma a justificar o grande orgulho que sinto em tê-las comandado; porém, julgo merecedor de especial menção o Batalhão da Marinha.

Esta unidade mostrou sempre a maior correcção, a nítida compreensão dos seus deveres cívicos e militares, tanto no período que antecedeu as operações como durante as operações.

Foi sem o menor exagero, uma unidade de «elite», cuja tèmpera fica definida dizendo que foi a mais resistente nas marchas, a mais esforçada nos combates e que durante os quatro dias em que na Môngua estivemos redu-

zidos a um quarto de ração, as suas sentinelas chegaram a cair de fraqueza nos respectivos postos, sendo imediatamente rendidas sem que disso o comando superior tivesse conhecimento, pois essa unidade sabia bem que esse comando nada podia fazer que modificasse de pronto a situação.»

Os valores e os méritos dos fuzileiros, durante a Guerra do Ultramar, nos anos 60 e 70 do século XX, nos rios, nas bolanhas e nas matas da Guiné, na frente fluvial do rio Zaire, no Leste de Angola, nas margens do Lago Niassa, em Cabo Delgado e em Tete, entre outros teatros de operações, ficaram registados nos numerosos louvores atribuídos pelo Governo.

Neles, em síntese, foi destacado o excepcional brilho, a invulgar coragem, a enorme decisão e extraordinária energia debaixo de fogo e um arreigado espírito de unidade, qualidades estas que se manifestaram em ações que, comprovadamente, contribuíram para os êxitos militares alcançados naquelas frentes, onde os fuzileiros, por força da situação operacional existente, fizeram incursões terrestres de dezenas de quilómetros, sem comunicações, apoio aéreo e meios de evacuação de feridos, para enfrentar um inimigo forte e moralizado, que mostrou, sempre, extraordinária agressividade.

A título de exemplo, transcreve-se um extrato do louvor concedido, em 1974, pelo Comodoro António de Almeida Brandão, ao 1º Grumete Fuzileiro Especial Jomel Seidi, pertencente ao DFE 22, e que faleceu em combate na Guiné:

«... participou na totalidade das operações da sua unidade, dando provas, nos inúmeros contactos de fogo com o IN, de grande agressividade, galvanizando, com o seu nobre exemplo, os camaradas que junto dele se encontravam, contribuindo com a sua acção para muitos dos resultados obtidos.

Em especial, durante a acção “Noite Escura” em que perdeu a vida, como exímio atirador de ALG's que sempre fora, fazia parte do grupo vante, tendo em várias emboscadas sofridas pelas FN's contribuído, com o fogo da sua arma, para por o IN em fuga quando os primeiros homens da coluna tentavam entrar num acampamento IN, em que este, numeroso e possuidor de grande potencial de fogo,



Ação durante a Guerra do Ultramar.

o dificultava, o Grumete Jomel Seidi, acompanhado apenas de um camarada, que também veio a falecer durante a acção, correu a peito descoberto, disparando uma ALG sobre uma posição IN onde se encontravam 2 metralhadoras pesadas.

Atingido gravemente pelo fogo IN, conseguiu ainda introduzir outra ALG na sua arma, lançando-se sobre o IN, mas caindo imediatamente de vez. A sua acção, reveladora da mais alta noção do dever militar, contribuiu, de forma destacada, para que as FN's se sobrepujassem ao IN, o qual retirou com baixas confirmadas, abandonando apreciável quantidade de material no terreno. (...)

Desde os finais do século XX que os fuzileiros participam em operações de paz na Europa e na Oceânia, onde os seus valores e méritos continuaram a ser enaltecidos, como se pode constatar, por exemplo, nas referências que o Comandante da Componente Militar da Força das Nações Unidas em Timor-Leste fez à Companhia de Fuzileiros ali destacada, enfatizando a dedicação, profissionalismo e generosidade no cumprimento das suas missões.

«...Antes da partida dos últimos contingentes, senti que devia transmitir os meus sentimentos de gratidão e privilégio em ter conhecido este excelente grupo de tão dedicados, profissionais, generosos e joviais Fuzileiros. Com eles, nada parecia ser demais... Eles ajudaram a transportar vigas de ferro, madeira e cimento desde o nosso posto até ao centro da comunidade local ou à escola secundária. Eles carregaram areia do rio Lacklo poupando trabalho à comunidade.

Eles garantiram segurança extra, acudindo a um pedido tardio, para o registo de um grande número de retornados. Uma secção dos Fuzileiros permaneceu aqui quatro dias durante o período eleitoral. Eles ajudaram a transportar-nos para uma reunião de negociação quando já tínhamos começado a andar há duas horas e meia em direcção à aldeia pois esta era impossível de alcançar com a nossa viatura.»

Também no país têm atuado sempre, onde e quando é necessário. No inverno, reforçando as estações salva-vidas, contribuindo para o esforço de salvamento de náufragos. No verão, realizando acções de vigilância em praias sem nadadores-salvadores, onde todos os anos resgatam muitas vidas de banhistas, ou no apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), onde têm operado de forma distinta, como aconteceu, recentemente, em Pedrógão Grande. A este propósito, o que foi dito pelo Dr. Valdemar Alves, Presidente da Câmara Municipal, fala por si:

«O que eu tenho para descrever dos Fuzileiros, não há papel que chegue, a obra que os Fuzileiros estão a fazer em Pedrógão é de uma nobreza inigualável, que supera a própria missão das Forças Arma-

das. Jamais esquecerei a Marinha de Guerra Portuguesa e os seus Fuzileiros. Na altura própria, terão a devida homenagem do povo de Pedrógão.»

Em Pedrógão Grande e nas intervenções subsequentes de apoio à ANPC, os fuzileiros, conscientes dos seus deveres cívicos e militares, tiveram mais um notável desempenho na assistência e no auxílio às populações afetadas pelos incêndios, numa inolvidável demonstração de profissionalismo, competência, organização, prontidão e abnegação ao serviço dos Portugueses.

Fuzileiros! Ontem, como hoje, estes são os valores que vos caracterizam e estes são alguns exemplos de acções que vos dão mérito.

Sendo descendente de um dos bravos infantes de Marinha que, nas margens do Geba e nas terras do Cuamato, cumpriram, com lustre, o seu dever patriótico de afirmar o interesse nacional, tenho enorme orgulho e total confiança de sucesso, sempre que vos vejo partir para qualquer missão.

Em 2018 está prevista uma atividade operacional muito intensa. Entre outras missões, no âmbito da NATO, deveremos participar, durante 4 meses, em exercícios destinados a fomentar as medidas de tranquilização e a presença militar aliada na Lituânia. Também está previsto um embarque, num navio anfíbio da Armada de Espanha, durante cerca de 2 meses. Em ambiente multilateral está previsto o embarque num navio francês, durante cerca de 6 meses, tendo em vista participar nos esforços internacionais de capacitação dos países ribeirinhos na área do Golfo da Guiné, no quadro da segurança marítima. Em âmbito nacional teremos uma força embarcada no NRP *Bérrio*, por um período de 2 meses, em missão



no Golfo da Guiné, bem como diversas equipas de abordagem em navios nacionais empenhados na NATO, na UE e na Operação Mar Aberto. Realço, ainda, o embarque de uma equipa no NRP *Zaire* que, durante todo o ano de 2018, apoiará a capacitação da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe.

Estou absolutamente seguro de que nos vamos orgulhar de tudo o que os fuzileiros vão fazer em 2018 pelo país, bem como do respeito e gratidão que receberão dos Portugueses a quem, orgulhosa e patrioticamente, servimos no mar ou em terra, na paz ou na guerra!



António Silva Ribeiro
Almirante

NRP VIANA DO CASTELO

FRONTEX – MISSÃO EM LAMPEDUSA

A Marinha tem empenhado, ao longo dos últimos anos, os seus navios em operações de segurança marítima no âmbito da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira – FRONTEX, para o controlo e vigilância das fronteiras marítimas e combate ao crime transfronteiriço, estando as unidades navais preparadas para efetuar salvamentos em massa. A última missão foi realizada no período de 10 de outubro a 9 de novembro, pelo NRP *Viana do Castelo*.



Foto Júlia Santasmarinas

INTER-AGÊNCIAS

O NRP *Viana do Castelo*, adaptado e flexível para enfrentar um novo desafio, com vista a tirar o maior partido daquilo que são as suas potencialidades, largou pela primeira vez do porto de Catânia, embarcando dois representantes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e dois elementos italianos, um da *Guardia di Finanza* e outro da *Guardia Costiera*.

Estes elementos foram fundamentais, quer no processo de identificação, controlo e organização dos processos de transferência dos migrantes irregulares para as autoridades italianas, quer na ligação entre o navio e o Centro de Coordenação Local em Messina. A missão foi coordenada pelo Centro de Coordenação Internacional, em Roma, através de um Oficial de Ligação português.

SALVAMENTOS EM MASSA

O navio esteve na área de operações durante 31 dias, navegando 525 horas em patrulha, percorrendo 5826 milhas náuticas e acorrendo a cinco eventos de busca e salvamento.

A área de operações consistiu em patrulhas constantes ao largo da ilha de Lampedusa, sobejamente conhecida pelos diversos incidentes ocorridos com embarcações de migrantes irregulares.

Todos os eventos de recolha de migrantes irregulares foram diferentes, mas a organização a bordo foi praticamente sempre a mesma. No entanto, não nos podemos esquecer da mais marcante para a guarnição ocorrida em 27 de outubro, o socorro de uma embarcação de madeira que transportava 48 pessoas.

Nesta embarcação sobrelotada surgiu, quando a semirrígida de bordo se aproximou, uma criança morena, esguia e de olhar assustado. A poucas jardas de distância estava o nosso navio a pairar, acompanhando a manobra da semirrígida a rebocar a embarcação até à borda. As condições do mar e o convés baixo da embarcação dificultaram o transbordo. Foram feitas várias tentativas para colocar a criança a bordo, o balanço e a borda baixa da embarcação não permitiam recebê-la em segurança. Finalmente, um dos fuzileiros da equipa de abordagem conseguiu colocá-la em segurança. Imagens arrepiantes e de grande ansiedade que ficam guardadas na nossa memória.

Os momentos iniciais eram sempre de grande tensão, independentemente da embarcação. Não é fácil, dentro de um barco sobrelotado, conseguir acalmar mais de quatro dezenas de homens que querem entrar no navio que os salvou.

Os fuzileiros, pertencentes à equipa de abordagem, conduzem inicialmente aproximação à embarcação de madeira e o embarque disciplinado. “*Um de cada vez. Sentem-se. Um de cada vez*” – são as palavras de ordem que mais enunciam, em francês. Olhando para baixo, encostado ao navio, a embarcação de madeira balança muito, batendo nos balões. O medo estava normalmente patente na cara dos migrantes tunisinos amontoados e sempre prontos para sair da embarcação de madeira que os trouxe até ao nosso encontro. O perigo no embarque e a possibilidade da embarcação de madeira se virar, caso todos se concentrassem num dos bordos, estava sempre presente. Para isso, a organização do navio contemplava a prontidão da equipa de mergulhadores de bordo, posicionados na semirrígida e na tolda, preparados para atuar em caso de quedas ao mar.

Grande parte dos migrantes eram oriundos da Tunísia, procurando melhores condições de vida. Depois de várias horas a navegar sem terra à vista, em embarcações com condições de navegabilidade deficiente, não interessa o porto de desembarque, só pretendem um porto europeu.

Os nomes eram de origem tunisina. Há quem diga ter pago 1500 ou 3000 euros para fazer a travessia da Tunísia para Lampedusa. Havia uns mais esfarrapados do que outros. Quase todos estavam molhados, no entanto, alguns calçavam ténis e blusões de marca, tinham telemóveis de última geração e transportavam quantias avultadas de dinheiro.

Após o embarque tiravam, quem os tinha, as mochilas e os sacos. Os migrantes eram revistados e aguardavam na tolda. Terminada a fase de garantir a nossa segurança a calma ia-se restabelecendo, sendo encaminhados para o parque do helicóptero, onde eram identificados, fotografados e entrevistados pelo SEF. O registo individual procedia-se através de pulseiras numeradas a que correspondiam os sacos numerados com os seus pertences. Neste processo coordenado pelo SEF, os presumíveis elementos facilitadores de migração irregular eram identificados. Num evento foram identificados 7 presumíveis facilitadores, posteriormente entregues às autoridades italianas.

A operação de resgate continuava e estendia-se normalmente por mais de 90 minutos. Após o registo, os migrantes eram encaminhados para a equipa médica de bordo, constituída por um médico, uma enfermeira e um socorrista. O estado de saúde dos migrantes era avaliado e prestados os cuidados necessários. A hipotermia ligeira, enjoo e ansiedade eram situações comuns.

O processo de recolha só terminava quando a cada um dos migrantes era entregue um cobertor, para enfrentar o frio da noite, uma garrafa de água e bolachas.

No parque do helicóptero foi criada uma área destinada aos migrantes irregulares, tapada com um toldo. Neste local os homens iam-se alinhando, lado a lado, com os seus cobertores. Começava a descompressão da ansiedade do embarque, uns dormitam, outros conversam baixinho. Depois dos momentos iniciais de tensão e desconfiança, passava a existir um olhar de alívio naqueles homens, agora a salvo num navio que nada tinha a ver com a velha embarcação de madeira. As mulheres e crianças descansavam numa zona resguardada dos restantes migrantes. Dos 145 migrantes irregulares recolhidos durante esta missão, só 5 eram do género feminino, 3 deles menores. O espírito de ajuda e solidariedade perene da guarnição era ainda mais evidente para com as crianças, seres mais frágeis, que lembravam aos corações dos marinheiros os filhos que tinham deixado em Portugal. Percebendo que para as crianças toda aquela situação e local, estranho e habitado por adultos cujo idioma desconheciam, poderiam ser motivo de ansiedade, a guarnição acarinhava-as com brinquedos feitos a bordo, pinturas e jogos.

Depois de tudo organizado, o comandante falava aos migrantes. Existia sempre alguém que falava inglês e traduzia. Ouvia-se e sentia-se o medo de serem devolvidos a casa – à Tunísia. Ao ouvir que o destino seria um porto na Sicília, uns punham o polegar para cima e quase todos agradeciam. Nesta pequena conversa eram estabelecidas as regras de bordo.

Nos trânsitos para os portos de desembarque, os fuzileiros iam-se revezando na vigia aos migrantes, enquanto a equipa logística garantia a distribuição de refeições quentes e água. Casas de banho portáteis estavam instaladas no parque de cabos e a pedido iam sendo utilizadas. Aos fumadores era permitido fumar, sendo distribuídos cigarros recolhidos dos seus pertences.

Em muitas das embarcações, antes de pedirem apoio, observava-se alguma desorientação e ouvia-se *“Para onde é Lampedusa? Queremos ir para Lampedusa”*. Na embarcação com a menina de 5 anos podemos afirmar que se tratou de um milagre, pois o combustível não duraria, na melhor das hipóteses, para mais de seis horas e o risco de incêndio era iminente pelo sobreaquecimento do motor e óleo espalhado na sua vizinhança.

Nos portos de desembarque estavam sempre diversas entidades italianas responsáveis por receber os migrantes irregulares, nomeadamente, a Cruz Vermelha, a Direção de Saúde, a Guarda de Finanças, a Polícia de Fronteiras, a Polícia Judiciária, representantes da FRONTEX e voluntários que auxiliavam na distribuição de roupas. Todo o processo de transferência dos migrantes era conduzido inicialmente pela equipa médica de bordo, que garantia as condições sanitárias para o desembarque, e posteriormente pelos inspetores do SEF e pela equipa de segurança do navio.

Após o seu desembarque, num porto da Sicília, a guarnição aprontava o navio para mais um período de patrulha, naquele mar para o qual muitos se lançam em busca da liberdade.



Foto Rui Corra

CONCLUSÃO

Da missão ficam os agradecimentos dos adultos, as brincadeiras das crianças e o olhar de alívio ao desembarcarem nos portos da Sicília.

Nesta operação não podemos esquecer o desempenho extraordinário e a dedicação dos militares embarcados, bem como dos representantes do SEF que, por 31 dias, fizeram parte da guarnição do NRP *Viana do Castelo*. Todos guardam consigo um sentimento de dever cumprido.

Um agradecimento especial ao jornalista Nuno Simas, da Agência LUSA, que, a partir da sua reportagem, serviu de inspiração para a descrição pormenorizada de todo o processo de salvamento a bordo.



Colaboração do **COMANDO DO NRP VIANA DO CASTELO**



LUSITANO 17

Decorreu entre 26 e 28 de outubro de 2017 o exercício anual conjunto LUSITANO 2017 (LUS17), que contou com a participação dos três Ramos das Forças Armadas, mobilizando cerca de mil militares, tendo a edição deste ano decorrido no Arquipélago dos Açores.

Este exercício contou com a participação da Força Naval Portuguesa², como componente naval da Força de Reação Imediata (FRI), comandada pelo CMG Pessoa Arroteia, composta pelo reabastecedor de esquadra *Bérrio* (navio-chefe), pela fragata *Corte-Real*, pelo patrulha oceânico *Figueira da Foz*, por uma Força de Fuzileiros e por uma equipa de mergulhadores do Destacamento de Mergulhadores Sapadores, num total de 395 militares.

Este exercício militar é da responsabilidade do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), tendo como finalidade exercitar o Comando e Controlo (C2) das Forças Armadas no planeamento e execução de operações simultâneas, dentro e fora do território nacional, nomeadamente, em Operações de Evacuação de Não Combatentes², em Operações de Resposta a Crises e em Operações de Apoio à Proteção Civil, envolvendo, de forma integrada e convergente, todos os níveis de planeamento e condução de operações.

CENÁRIO E ESTRUTURA DO EXERCÍCIO

De modo a recriar situações realistas e complexas, e ainda proporcionar o necessário enquadramento das várias ações, foi criado um cenário simulado, o qual consistiu na existência de um país fictício, que tomava a forma de um arquipélago no Atlântico Norte, e que atravessava graves problemas económicos e sociais, onde imperavam as redes de crime organizado, tráfico de droga e de seres humanos, para além de ter sido atingido por um sismo de magnitude elevada, que veio agravar bastante a situação económica e humanitária na região.

Em virtude da incapacidade de garantir a segurança interna, o Governo deste país fictício solicitou apoio às organizações internacionais, tendo Portugal decidido proceder à retirada dos respetivos cidadãos nacionais residentes no país.

O exercício LUSITANO foi dividido e estruturado em quatro fases distintas, mas que se complementaram entre si, designadamente: Fase I – Planeamento; Fase II – Projeção; Fase III – Evacuação; Fase IV



– Retração. A fase de planeamento decorreu entre 18 de setembro e 6 de outubro, em Lisboa, no Instituto Universitário Militar, e em Oeiras, no Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM). Por sua vez, a fase de projeção das forças realizou-se entre os dias 20 e 24 de outubro, período que coincidiu com o trânsito de Lisboa à Praia da Vitória (ilha Terceira) da Força Naval Portuguesa. Em seguida, após a realização do tradicional *Distinguished Visitors Day* (DVD), decorreu a fase de evacuação, testando a plena capacidade operacional e certificação das forças envolvidas, culminando com a retração da força, de 29 de outubro a 1 de novembro.

OPERAÇÕES NAVAIS DA FRI

Inserido neste contexto, a componente naval da FRI teve como principais tarefas a prestação de assistência humanitária à popu-



lação assolada pelo sismo, operações de evacuação de cidadãos nacionais e estrangeiros elegíveis para evacuação (PEEVAC) e a vigilância e controlo do mar. As ações de treino realizadas durante este exercício pela componente naval incluíram: operações de vistoria de uma praia de desembarque; a inspeção ao cais de atracação pela Equipa de Inativação de Engenhos Explosivos da Força; a condução de um levantamento hidrográfico expedito, por forma

Day, no qual a componente naval teve uma forte participação, com envolvimento em diversas ações, tais como o resgate de um cidadão nacional raptado por insurgentes, tendo sido empenhado para o efeito uma Unidade Tática de Operações Especiais constituída por elementos do Destacamento de Ações Especiais, projetados através do helicóptero *Lynx* da fragata *Corte-Real*; projeção de mergulhadores através de salto para a água a partir do helicóptero, sinalizando a praia para desembarque da força de fuzileiros, que ocorreu logo de seguida, através da projeção de dez botes; transporte, por carga suspensa do helicóptero, de uma viatura ultraligeira do navio reabastecedor *Bérrio* para a praia; e, por fim, retração das forças para as unidades navais, completando a evacuação de cidadãos nacionais, incluindo um ferido em maca.

O evento terminou com a visita a uma exposição estática de capacidades e meios militares, dos três ramos, existentes na Região Autónoma dos Açores, designadamente vocacionados para o apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens.

Assistiram ao evento o Presidente da República, o Ministro da Defesa Nacional, o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, o Presidente do Governo Regional dos Açores, os Chefes Militares, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, entre as demais entidades civis, militares e religiosas do continente e da Região Autónoma dos Açores.

Colaboração do CTG 443.20



a assegurar a não existência de obstruções nos acessos ao cais de atracação; a condução de operações de voo recorrendo ao helicóptero orgânico *Lynx* MK 95, destacando-se a realização de operações de reconhecimento e recolha de informações de alvos e posições estratégicas em terra; a implementação, pela força de desembarque, de um Centro de Controlo de Evacuados (CCE) e de um Posto Avançado de Saúde (PAS), teve como finalidade treinar os procedimentos para registo, tratamento e evacuação de cidadãos nacionais que se encontrem num país estrangeiro; e ainda a condução de diversas operações de reabastecimento no mar.

DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADES

No dia 26 de outubro, durante a visita do Presidente da República à Ilha Terceira, realizou-se o tradicional *Distinguished Visitors*

Notas

¹ Força Naval Portuguesa (PRTMARFOR) – É uma força operacional com elevada prontidão, à qual são atribuídas unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores para a execução de operações expedicionárias marítimas ou para a integração em forças operacionais conjuntas, constituindo-se como a componente naval da Força de Reação Imediata (FRI). Tem como missão garantir ações prontas de resposta militar para a defesa do território nacional e a proteção dos interesses nacionais onde tal for necessário.

² NEO – *Non-combatant Evacuation Operation*.

BALANÇO DAS ATIVIDADES 2017

PROGRAMAS INTERSETORIAIS COORDENADOS PELO ESTADO-MAIOR DA ARMADA



INTRODUÇÃO

Uma das atividades do Estado-Maior da Armada (EMA) – além do apoio à decisão do Almirante CEMA e AMN – consiste na coordenação de atividades de âmbito intersetorial. Dessa forma, este artigo vai incidir nos três programas intersetoriais, que decorrem da Diretiva de Planeamento de Marinha (DPM), promulgada pelo Almirante CEMA, em 1 de fevereiro de 2017.

Cabe aqui recordar que os programas intersetoriais agregam iniciativas estratégicas das várias Diretivas Setoriais, que o EMA procura promover, articular e coordenar. São, pois, programas estratégicos que requerem uma ação transversal e concertada dos setores da Marinha.

Nesta ótica, após a publicação das Diretivas Setoriais, foram identificados pelo EMA os três programas intersetoriais enquadrados pelos seguintes Objetivos Estratégicos, de que se fará abaixo um breve balanço:

- Potenciar a **edificação e a sustentação da componente naval do Sistema de Forças**;
- Melhorar a capacidade de **recrutamento e de retenção** de recursos humanos;
- Dinamizar a **abertura da Marinha à sociedade** e aos cidadãos.

POTENCIAR A EDIFICAÇÃO E A SUSTENTAÇÃO DA COMPONENTE NAVAL DO SISTEMA DE FORÇAS

Na sequência da análise do meio envolvente efetuada aquando da elaboração da DPM, foram identificadas como vulnerabilidades a falta de meios nas capacidades da componente naval do Sistema de Forças e o envelhecimento acentuado da esquadra e de outros elementos das capacidades.

Com o propósito de colmatar as referidas vulnerabilidades, foi criado o Programa Intersectorial Renovação da Esquadra, que visa aumentar a disponibilidade e a capacidade das unidades operacionais da Marinha, para o cumprimento do vasto leque de missões que decorre do Conceito Estratégico Militar.

Para a operacionalização deste programa foram estabelecidos diversos objetivos específicos, que abarcam áreas tão diversas quanto:

- A elaboração de estudos no âmbito do planeamento estratégico militar naval;
- A definição dos conceitos de emprego e dos requisitos operacionais do novo Reabastecedor de Esquadra, do Navio Polivalente Logístico, dos Veículos Não Tripulados e do Módulo de Proteção Portuária;
- A revisão dos requisitos operacionais dos próximos Navios de Patrulha Oceânica e a identificação de fonte de financiamento para a aquisição de seis navios desta tipologia;
- A elaboração de estudos para a aquisição, modernização e modificação de sistemas e equipamentos para o Corpo de Fuzileiros;

- A identificação de modelos de contratação exequíveis, a propor ao Ministro da Defesa Nacional, para a aquisição de meios e equipamentos;
- A edificação do Centro Meteorológico e Oceanográfico Naval;
- A elaboração de estudos preliminares no âmbito do programa de aquisição das novas gerações de fragatas e helicópteros, bem como sobre as necessidades futuras do Instituto Hidrográfico, em termos de navios para apoio à capacidade oceanográfica e hidrográfica; e
- A preparação das especificações técnicas contratuais para a modernização do NRP *Sagres*.

A execução das atividades anteriormente referidas está a decorrer de acordo com o planeamento efetuado, estando previsto que os projetos vão sucessivamente ficando concluídos, até ao final de 2019.

MELHORAR A CAPACIDADE DE RECRUTAMENTO E DE RETENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Este programa intersectorial agrega um grande número de iniciativas setoriais, havendo, porém, uma incidência particular da área funcional do Pessoal, em que cabe destacar: a certificação da formação ministrada às praças (de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações – CNQ, com a convenção *Standards of Training, Certification and Watchkeeping* – STCW e, ainda, com outros referenciais de certificação aplicáveis); e o incremento do número de ações de divulgação (com a realização de 69 ações de divulgação, em 17 distritos do País).

Contudo, dado o caráter transversal das matérias que contribuem para o recrutamento e a retenção, têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas pelos restantes setores da Marinha. Neste âmbito, podem referir-se: o projeto “Alimentação Saudável”, da Superintendência do Material / Direção do Abastecimento, que visa garantir que as ementas são equilibradas, variadas e completas; a elaboração de propostas para o aumento motivacional dos recursos humanos, do Comando Naval; e a modernização e o incremento do número de redes *wireless* na Marinha e na Autoridade Marítima Nacional, da Superintendência das Tecnologias da Informação.

Além disso, o núcleo de coordenação do Programa Intersectorial de Recrutamento e Retenção tem procurado promover outras iniciativas que contribuam para a consecução dos objetivos do programa, destacando-se as seguintes:

- Produção de novos vídeos da Marinha, nomeadamente um filme institucional, um filme para o recrutamento e um anúncio televisivo;
- Desenvolvimento de um novo Portal do Recrutamento, com novas funcionalidades e um aspeto gráfico mais apelativo;
- Revisão de normativo interno relacionado com o recrutamento;
- Realização de um ciclo de 16 palestras, sobre o Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar e o Quadro Legal de Proteção no Desemprego, a todos os militares da Marinha em Regime de Contrato.

Naturalmente, a melhor forma de aferir o sucesso ou o insucesso destas iniciativas é através dos resultados conseguidos. E, conforme se pode verificar na tabela junta, os resultados obtidos em matéria de recrutamento em 2017 já evidenciaram melhorias significativas relativamente ao ano transato. Com efeito, foi possível preencher todas as vagas nos concursos externos já concluídos, com exceção do concurso para praças fuzileiros, em que apenas se preencheram 61% das vagas (traduzindo, mesmo assim, uma evolução relativamente a 2016, em que apenas foram preenchidas 37,5% das vagas para incorporação na classe de fuzileiros).

No geral, até meados de dezembro tinham sido preenchidas 73% das vagas, uma evolução bastante positiva relativamente aos 45% de 2016, mas, ainda assim, aquém dos objetivos da Marinha, mostrando que é preciso prosseguir os esforços para melhorar o recrutamento.

CONCURSO	Nº de vagas	Nº de militares incorporados (%)
Praças Outras Classes	73	73 (100%)
Praças Músicos	4	4 ¹ (100%)
Sargentos Eletrotécnicos e Maquinistas	10	10 (100%)
Oficiais Fuzileiros	12	12 (100%)
Praças Fuzileiros	230	140 (61%)
Praças Mergulhadores	4	4 (100%)
TOTAL PARCIAL²	333	243 (73%)²
Oficiais Técnicos Superiores Navais e Técnicos Navais	32	Concurso a decorrer
Oficiais Médicos Navais	6	Concurso a decorrer
Praças Outras Classes	90	Concurso a decorrer

¹ Efetuados 2 concursos para provimento das 4 vagas, pois no primeiro concurso apenas foram incorporados 3 militares.

² Valores provisórios, não incluindo os concursos que ainda estão a decorrer.

DINAMIZAR A ABERTURA DA MARINHA À SOCIEDADE E AOS CIDADÃOS

Este programa intersetorial conta com o contributo de um grande número de iniciativas setoriais, havendo muitas atividades de caráter transversal que se pretendem harmonizar e coordenar através do núcleo de coordenação constituído para o efeito.

Das várias atividades planeadas e desenvolvidas, importa destacar a comunicação estratégica definida para as comemorações dos 700 anos da Marinha, sob o título “Marinha, 700 anos a servir Portugal no mar”. Assim, foram desenhados e concebidos folhetos institucionais com as narrativas alinhadas com o tema central, uma infografia desenvolvida na área funcional das tecnologias de informação, bem como um quadro interativo para os visitantes conhecerem a história da Marinha, que foi usado com enorme sucesso nas comemorações do Dia da Marinha de 2017, na Póvoa do Varzim. Foi, igualmente, efetuado um ciclo de conferências sobre os 700 anos da Marinha, quatro dirigidas aos militares e civis da Marinha e três ao público externo, nomeadamente nas cidades da Póvoa de Varzim, Ponta Delgada e Funchal, permitindo desta forma colocar o tema na agenda mediática, com reportagens a serem transmitidas nos canais nacionais e regionais (RTP Açores e Madeira).

Todas estas atividades foram acompanhadas de um trabalho dedicado de divulgação através das redes sociais, por forma a incrementar a divulgação das principais atividades e missões da Marinha, contribuindo para a construção de uma imagem sólida e reconhecida pela sociedade.

De realçar o esforço desenvolvido na melhoria da imagem e do acesso à informação, através do Portal da Marinha na internet, tendo sido iniciada a sua evolução para a plataforma *Sharepoint* 2016, no Dia do Mar (20 de novembro), com um novo *layout* e uma nova arquitetura do site mais intuitiva. Esta atualização foi precedida do desenvolvimento dos subportais de internet da Escola Naval, da Comissão Cultural de Marinha, da Academia de Marinha e dos navios NRP *Sagres* e NTM *Creoula*, todos publicados em 20 de maio, por ocasião do Dia da Marinha. Outros subportais encontram-se em desenvolvimento, estimando-se a sua publicação durante o primeiro trimestre de 2018.

Outra área de interesse deste programa são os estágios curriculares não remunerados, que têm sido divulgados no site da Marinha e que têm tido grande recetividade por parte de alunos universitários ou do ensino profissional.

Finalmente, o núcleo de coordenação constituído para o efeito tem vindo ainda a promover a coordenação de atividades inscritas nos planos de atividades para 2018, das quais se destacam:

- Promover visitas da sociedade civil à Marinha, através dos programas das Escolas Técnicas, da Escola Naval e do Comando Naval (com iniciativas nos Comandos de Zona Marítima do Norte, Sul e regiões autónomas);
- Organizar jornadas e conferências no âmbito universitário e científico;
- Contribuir para a produção de um novo filme institucional (já mencionado, também, na parte relativa ao Programa Intersetorial de Recrutamento e Retenção);
- Apoiar e dinamizar o projeto “Vi(r)ver o Mar”.



Colaboração do ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ÓRGÃOS CENTRAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DIREÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DO PESSOAL



Norteadas pela documentação estruturante, a Superintendência do Pessoal (SP) focou a sua ação no último ano na Atração de Pessoas, na Valorização das Carreiras e na Capacitação da Inovação e Mudança.

Nesta senda, o desenvolvimento da atratividade da Marinha constituiu um imperativo institucional, quer na vertente do recrutamento, quer na fidelização e comprometimento das pessoas. O recrutamento consubstanciou-se na abertura de concursos de admissão para a prestação de serviço militar em regime de contrato para as diferentes classes da categoria de praças e para as classes de fuzileiros, médicos navais e técnicos superiores navais / técnicos navais, na categoria de oficiais. Os esforços realizados e os resultados obtidos na área do recrutamento estão detalhados no artigo sobre os programas intersetoriais da Marinha, que tem uma secção dedicada ao Programa Intersectorial de Recrutamento e Retenção.

A valorização das carreiras, traduzida no desenvolvimento e reconhecimento externo dos percursos formativos e profissionais, materializou-se com recurso a um aturado processo de análise dos conteúdos do Curso de Formação de Praças (CFP), através da identificação das equivalências e similaridades das Unidades de Formação de Curta Duração do Catálogo Nacional de Qualificações por comparação com os conteúdos ministrados no CFP. Desta forma, consegue-se o reconhecimento da formação profissional não militar da Marinha passando, assim,

esta formação a ficar registada no “Passaporte Qualifica”. Paralelamente, foram analisados e incorporados nos cursos requisitos definidos pela Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para os Marítimos, em inglês *Standards of Training, Certification and Watchkeeping (STCW)*, de tal forma que atualmente todos os militares que frequentem o CFP poderão vir a lograr o Certificado de Segurança Básica, bem como solicitar, por regime de equiparação, cartas de navegador de recreio de diferentes categorias. Novos desafios estão já no horizonte, com o início de semelhante processo para adequação do Curso de Formação de Sargentos ao nível 5 de qualificação, sendo que, no futuro, este curso terá a duração de 4 semestres permitindo conferir o Diploma de Técnico Superior Profissional do Ensino Superior. Ainda no âmbito da formação importa referir que, em 2017, a ETNA ministrou 50.980 horas de formação em 383 cursos, abrangendo um total de 3418 formandos.

A capacitação da inovação e a mudança assentes na inovação tecnológica é um caminho silencioso e que demora a percorrer, mas uma vez trilhado dá os seus frutos. O último ano permitiu, fruto do trabalho desenvolvido neste âmbito, alcançar o patamar de excelência ao nível do conhecimento na área da Medicina Hiperbárica e Subaquática, com a acreditação pela A3ES do Mestrado de Medicina Hiperbárica e Subaquática por um período de 6 anos.



Colaboração da SUPERINTENDÊNCIA DO PESSOAL

SUPERINTENDÊNCIA DO MATERIAL



No referente a meios navais, novos projetos e modernizações, o projeto de construção dos NPO 3 e 4, NRP *Sines* e NRP *Setúbal*, decorre de acordo com o planeamento, estando os dois navios já a nado. Foi assinado o acordo de construção de dois salva-vidas de grande capacidade na AA, SA. Foram, ainda, assinados diversos

contratos cuja implementação está associada aos novos projetos e modernizações em curso, nomeadamente os novos SICC, mísseis ESSM e *Harpoon*, torpedos *Blackshark*, NAUTOS, entre outros. Destaque-se, ainda, no projeto de Modernização de Meia Vida (MLU) das fragatas, a definição dos trabalhos a executar durante o período de fabricos do NRP *Bartolomeu Dias*, que irá decorrer na Holanda, a partir de 2018. Foi iniciado, também, o processo de modernização dos helicópteros *Lynx*, encontrando-se já duas aeronaves em intervenção e uma em fase de manutenção estrutural, ação que precede a modernização. Finalmente, ainda em 2017, ficou concluída a reativação e modificação do NRP *Douro*, segundo navio da classe Tejo e decorrem os trabalhos para a reativação dos NRP *Mondego* e NRP *Guadiana*, da mesma classe, a finalizar em 2018. Foi elaborada a Especificação Técnica Contratual do NRP

Sagres, estando planeado que a elaboração do anteprojeto e projeto detalhado decorra no primeiro semestre de 2018. No âmbito das tecnologias, com grande impacto no Apoio Logístico Integrado, destaca-se a criação de raiz do novo Sistema de Informação de Catalogação da Marinha (SICMAR), abrangendo a Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações (DITIC), a Direção de Abastecimento (DA) e a Direção de Navios (DN), estando prevista a entrada em produtivo no primeiro trimestre de 2018.

Quanto a Infraestruturas, a Lei de Infraestruturas Militares possibilitou a realização de um número muito significativo de projetos (47), tendo sido concluídas 43 obras, abrangendo todos os setores da Marinha, bem como a Autoridade Marítima Nacional (AMN). Neste âmbito, destacam-se a elaboração do projeto do edifício H10 do Hospital das Forças Armadas e a construção do novo Centro de Distribuição Alimentar (CDA), ainda em curso. É ainda de salientar, pela sua complexidade e por se tratar de um edifício de valor arquitetónico relevante, o conjunto de intervenções realizadas na ala Este do edifício das Instalações Centrais de Marinha, onde foi reabilitado integralmente o piso 1, que se encontrava em avançado estado de degradação, a pintura das fachadas da Av. Ribeira das Naus e a instalação de uma réplica do Balão do Arsenal.

É também de realçar a reconstrução do edifício que agora aloja a recém-criada Esquadilha de Navios de Superfície.

Na área dos Transportes, destaca-se a renovação do Parque de Viaturas, com a aquisição de 11 viaturas e a admissão à 1ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração

Pública, através do Fundo Ambiental. Neste âmbito, serão disponibilizadas 3 viaturas elétricas durante 4 anos (200.000 km), sem custos para a Marinha.



Colaboração da **SUPERINTENDÊNCIA DO MATERIAL**

SUPERINTENDÊNCIA DAS FINANÇAS



Num contexto de grandes restrições orçamentais e de exigência do relato financeiro, a Marinha obteve em 2017 um excelente desempenho nesta área funcional, sendo de relevar do ponto de vista genético, a permanente otimização da gestão dos recursos financeiros, cuja utilização foi fortemente condicionada pelos limites em fundos disponíveis, impostos durante o ano para a assunção de compromissos. Registaram-se, no entanto, bons níveis de execução orçamental da despesa, com taxas de 99,81% na componente de funcionamento e de 99,01% no investimento, e um crescimento de 10,88% na captação de receitas supletivas face ao ano transato, com especial relevância para os fundos comunitários.

Ao nível estrutural, prosseguiu-se a consolidação do modelo de gestão setorial, potenciador de flexibilidade e do mérito nas decisões, procurando-se a simplificação de estruturas admi-

nistrativas e financeiras, a concentração de competências e de processos. Este ajustamento terá contudo de ser alargado aos Setores que ainda não adotaram medidas nesse sentido, visando assim dotar a Marinha de uma organização e estrutura financeira cada vez mais simples, sólida e dinâmica, permitindo racionalizar recursos, aumentar a eficiência operacional, o rigor na condução dos processos e a qualidade da informação contabilística.

Ao nível operacional, importa salientar o incremento da função controlo, como fator determinante para a prevenção e mitigação dos riscos de conformidade, para a qualidade da informação e para a eficiência dos processos. A robustez dos processos de auditoria e controlo financeiro tem sido fundamental para a transparência das demonstrações financeiras da Marinha e para o rigor das respetivas prestações de contas.



Colaboração da **SUPERINTENDÊNCIA DAS FINANÇAS**

SUPERINTENDÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO



O ano de 2017 foi marcado pelo início de um novo ciclo de planeamento estratégico decorrente das orientações definidas na Diretiva de Planeamento da Marinha (DPM 2017), que originaram a modelação e o carregamento no Sistema de Monitorização e Controlo da Gestão Estratégica, da DPM 2017, da Diretiva de Planeamento da AMN e das Diretivas Setoriais.

Na área das Tecnologias de Informação e Comunicações, destaca-se a centralização de todo o licenciamento de *software* da Microsoft, a modernização do sistema de gestão documental na Marinha (edoclink), o desenvolvimento de uma nova Base de Dados de Catalogação e o desenvolvimento e entrega da aplicação FollowMe@sea.pt para apoiar embarcações de recreio no mar.

Na Rede de Comunicação da Marinha, além de se prosseguir com a edificação do projeto do GMDSS, na componente MF no Continente e na componente VHF nos Açores, foi edificada uma ligação redundante entre as margens do rio Tejo, aumentando a largura de banda para 10 Gbps.

No âmbito do Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, prosseguiu a elaboração do Plano de Preservação de Informação Digital, assim como a implementação

do normativo referente ao Regulamento de Conservação Arquivística da Marinha, com ações de divulgação, inspetivas e de formação envolvendo diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos. De assinalar a ativação da Comissão de Desclassificação de Documentos, que deu início à avaliação periódica do acervo dos Arquivos da Marinha, com vista à sua eventual desclassificação e consequente disponibilização ao público.

Na área de atribuições da Direção de Análise e Gestão da Informação (DAGI), para além da disponibilização de múltiplos *dashboards* para apoio à tomada de decisão em diferentes áreas, relevam o lançamento de novos subportais da Academia de Marinha, do NRP *Sagres* e do NTM *Creoula*, bem como a modelação de ferramentas para apoio ao Setor do Pessoal, nomeadamente para a simulação de carreiras e para a elaboração dos Quadros Especiais de Referência.

A desmaterialização de processos foi um tópico transversal à Marinha, com a desmaterialização da eleição dos Conselhos de Classes, a produção de diversos questionários de avaliação e a operacionalização dos primeiros módulos de processos desmaterializados, no âmbito da Secretaria Virtual.



Colaboração da **SUPERINTENDÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO**

COMPONENTE OPERACIONAL



Os principais empenhamentos dos meios e forças da componente naval serão elencados, segundo as funções da Marinha.

DISSUAÇÃO, DEFESA MILITAR E APOIO À POLÍTICA EXTERNA

O NRP *D. Francisco de Almeida* integrou o *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG1) e a *European Maritime Force* (EUROMARFOR), tendo o Destacamento de Mergulhadores Sapadores Nº 3 sido também empenhado no âmbito desta Força.

O NRP *Corte-Real* participou no *Portuguese Operational Sea Training*, no Reino Unido, tendo, também, realizado os exercícios nacionais INSTREX 171 e PRONTEX 17, onde testou o novo conceito Ligeiro e Rápido, que se traduz no emprego de uma Força de Fuzileiros em operações leves, rápidas e decisivas. Participou, ainda, no exercício COASTEX 17, no âmbito do *European Coast Guard Functions Forum*.

O NRP *Álvares Cabral* participou em exercícios internacionais promovidos pelo Comando das Forças Americanas em África, na costa ocidental africana e no Golfo da Guiné, e na iniciativa MAR ABERTO 2017, no âmbito da cooperação bilateral com Cabo Verde, Senegal, São Tomé e Príncipe e Marrocos.

Várias forças de Fuzileiros participaram em exercícios conjuntos e combinados, e os destacamentos de mergulhadores sapadores realizaram treinos de inativação de engenhos explosivos, guerra de minas e mergulho profundo.

SEGURANÇA E AUTORIDADE DO ESTADO

O Dispositivo Naval Padrão foi guarnecido em permanência, tendo os meios atribuídos realizado 1647 ações de fiscalização no Continente, Açores, Madeira e nas áreas da *Northwest Atlantic Fisheries Organization* (NAFO). A maioria das embarcações e artes caladas fiscalizadas foram consideradas em situação legal

(1435 – 87%), tendo 212 sido consideradas como presumíveis infratoras (13%).

Foram realizadas 596 ações de busca e salvamento marítimo, com uma taxa de sucesso do sistema de 97,8%, correspondendo a 9 vítimas mortais e 355 pessoas salvas.

Foram executadas cinco missões de combate ao narcotráfico envolvendo unidades navais e o Destacamento de Ações Especiais, tendo-se apreendido um volume total de estupefacientes superior a dez toneladas.

Relativamente à Cooperação Securitária Multilateral, o NRP *Viana do Castelo* participou no exercício SEABORDER, da Iniciativa 5+5 de Defesa e, no âmbito da agência FRONTEX, o NRP *Vasco da Gama*, o NRP *Tejo* e o NRP *Viana do Castelo* participaram na operação TRITON (Mediterrâneo Central) e o NRP *Douro* na operação ÍNDALO (Mediterrâneo Ocidental).

A colaboração da Marinha com a Autoridade Nacional de Proteção Civil materializou-se na atribuição de meios ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (965 militares e 155 viaturas) e no apoio ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, CIENTÍFICO E CULTURAL

No quadro do *Concept Development and Experimentation*, foi realizado o exercício REP 17, com *Autonomous Underwater Vehicles*, no âmbito do protocolo entre a Marinha e a Universidade do Porto.

Foram também realizadas diversas campanhas hidrográficas no continente e ilhas, bem como levantamentos hidrográficos em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito da iniciativa MAR ABERTO.



Colaboração do **COMANDO NAVAL**

INSPEÇÃO-GERAL DA MARINHA



Na sua missão de apoio ao CEMA no exercício da função de controlo e avaliação, a Inspeção-Geral da Marinha (IGM) proporcionou, aos Inspectores da Bolsa de Inspectores da Marinha, formação que os qualifica como Auditores Internos na área da Qualidade (Normas ISO 9000 e 9001:2015) e em Auditorias a Sistemas

de Gestão (NP EN 19011:2011), bem como formação em Auditoria Interna Baseada no Risco.

No corrente ano, foi iniciado o processo de revisão da publicação IAA3 (C) – Atividades de Inspeção, em paralelo com o processo de desenvolvimento de uma nova ferramenta de gestão das atividades inspetivas (SIGAI 2020), substituta do atual Sistema Integrado de Gestão das Ações de Inspeção da Marinha (SIGAI).

No contexto da Segurança, Saúde no Trabalho e Ambiente (SSTA), durante o ano de 2017 realizou-se o 1º Ciclo de seminários internos de SSTA.

Em cumprimento do Programa Anual de Atividades de Auditoria e Inspeção (PAAI) de 2017, a IGM realizou duas Inspeções Globais, seis Temáticas (três de Segurança Militar e três de SSTA) e uma de Processo. No que respeita a atividade inspetiva realizada por entidades externas à Marinha, a IGM colaborou em oito inspeções da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, duas do Tribunal de Contas e uma do Gabinete Nacional de Segurança.

No último trimestre do ano, a IGM elaborou, com o contributo dos restantes Setores da Marinha, a proposta do PAAI 2018, aprovado pelo Almirante CEMA e AMN, em 17 de novembro de 2017.



Colaboração da **INSPEÇÃO-GERAL DA MARINHA**

CULTURA, INVESTIGAÇÃO E ENSINO

ACADEMIA DE MARINHA



A atividade cultural da Academia de Marinha decorreu de acordo com o Plano de Atividades, tendo realizado, em 2017, 34 conferências ordinárias e 11 extraordinárias, das quais 8 em sessões conjuntas com outras entidades homólogas, o que permitiu, sob diferentes perspetivas, um maior aprofundamento dos temas selecionados.

Comemoraram-se, com sessões dedicadas, as principais efemérides com relevância nacional em que a Marinha foi protagonista, ou de algum modo interveniente, e homenagearam-se os professores Luís Albuquerque e Mário Ruivo, personalidades de relevo da nossa vida académica. Foram realizados dois ciclos de conferências sobre a Grande Guerra e a Economia do Mar, e participou-se em eventos com diversas instituições nacionais e estrangeiras em palestras e conferências sobre temas e assuntos ligados ao mar e ao pensamento estratégico nacional a ele ligado.

De todas estas atividades é de destacar a Sessão Solene de 24 de janeiro, para a entrega do Prémio “Almirante Teixeira da Mota/2016”, atribuído à obra *The Global City*; a Sessão Solene de 1 de fevereiro, comemorativa dos “700 anos do diploma régio em que D. Dinis outorgou o título de Almirante a Manuel

Pessanha” – sessão conjunta em que, além da Academia de Marinha, participaram a Academia Portuguesa da História, a Academia das Ciências de Lisboa e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; e o XV Simpósio de História Marítima, de 14 a 16 de novembro, subordinado ao tema “O Mar como futuro de Portugal. A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis”.

Da atividade editorial da Academia de Marinha, salientam-se os lançamentos das obras: *João Roby e o desastre de Vau de Pembe*, de João Freire; *A institucionalização do ensino da Náutica em Portugal (1779 – 1807)*, de Nuno Martins Ferreira; *700 Anos Almirante Pessanha*; *Timor – Comemorações da chegada dos Portugueses em 2015*; *Sessão Comemorativa do V Centenário da 1ª Edição da Utopia*, de Thomas More; *De Navigatione (1549) sobre a Navegação*, de Diogo de Sá; e *Memórias 2016*.

Integrada nas comemorações dos 300 anos da Batalha Naval do Cabo Matapão (19 de julho de 1717), foi realizada uma Exposição, patente durante os meses de setembro e outubro, na Galeria da Academia de Marinha.



Colaboração da **ACADEMIA DE MARINHA**

COMISSÃO CULTURAL DE MARINHA



Para além do apoio às exposições realizadas pelos diferentes Órgãos de Natureza Cultural (apoio na produção dos suportes informativos e suportes de divulgação, por exemplo), a Comissão Cultural de Marinha (CCM) organizou, em conjunto com a Banda da Armada, o Concerto de Gala do Dia da Marinha (Pavilhão das Galeotas) e o Concerto do Dia do Mar (Aula Magna – Lisboa), ambos com assinalável êxito. Importa destacar ainda a realização de diversos seminários (“Rainhas, Pescas e Cruzadas”, “Afundamento do Caça-Minas Roberto Ivens” e “Centenário da Aviação Naval”), em colaboração com o Museu de Marinha, com o Centro de Investigação Naval (CINAV) e com a Academia de Marinha, respetivamente.

No que respeita à atividade desenvolvida, durante o ano de 2017, pelos diversos Órgãos de Natureza Cultural, destaca-se o seguinte:

- Aquário Vasco da Gama: Atribuição de menção honrosa na cerimónia de entrega de prémios APOM (Associação Portuguesa de Museologia) 2017, na sequência da candidatura apresentada com a nova exposição permanente da Sala do Átrio “O Príncipe que sonhava com o fundo do mar”;
- Biblioteca Central de Marinha: Participação na exposição “Morte à morte! 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal: 1867-2017”, organizada pela Assembleia da República e pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo; no âmbito do evento Lisboa, Capital da Cultura Ibero-americana 2017, exibição da exposição denominada “Escravidão: Tráfico, Conscientização e Combate”; no âmbito das comemorações do Dia

da Marinha 2017, realização da exposição alusiva aos temas “Construção Naval” e “Pescas”, nos concelhos da Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

- Museu de Marinha: Exposição temporária “Vikings. Guerreiros do Mar” em parceria com a *Museums Partner* e o Museu Nacional da Dinamarca; exposição temporária itinerante sobre a “Aviação Militar Portuguesa”, inserida na programação da Comissão Coordenadora da Evocação da I Guerra Mundial; exposição temporária “Olá Portugal 2017” na Suíça, sobre a navegação e medição do tempo nos Descobrimientos Portugueses; exposição temporária “Centenário da Aviação Naval”; atribuição de menção honrosa na categoria de Trabalho de Museografia dos Prémios da Associação Portuguesa de Museologia 2017 (APOM), no âmbito do Projeto de Requalificação Museográfica da Sala dos Descobrimientos.
- Planetário Calouste Gulbenkian: O planetário foi visitado por cerca de 80.000 pessoas, das quais 47.000, crianças (abaixo dos 12 anos). Vieram ao PCG cerca de 750 escolas, tendo sido executadas 55 atividades escolares. Foram realizadas cerca de 1400 sessões e o planetário foi utilizado 32 vezes para eventos corporativos exteriores à Marinha. No período considerado, foram elaboradas duas novas sessões.
- Fragata *D. Fernando II e Glória*: A fragata recebeu a visita de cerca de 31.000 pessoas, 441 grupos escolares, com aproximadamente 7000 alunos.



Colaboração da **COMISSÃO CULTURAL DE MARINHA**

INSTITUTO HIDROGRÁFICO



O Projeto do Mapeamento do Mar Português foi uma das principais atividades do Instituto Hidrográfico (IH) em 2017, tendo sido mapeada uma área de 120.000 Km², correspondente a mais de 30% da área terrestre de Portugal.

No âmbito da cooperação técnico-militar, foram efetuados mapeamentos hidrográficos na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, regiões onde o IH detém um extenso número de cartas náuticas.

O IH tem reforçado o seu papel no desenvolvimento do conhecimento do oceano nas áreas da oceanografia, geologia marinha, hidrografia, gestão de dados, química e segurança da navegação. A acrescentar aos 14 projetos de investigação em curso, com financiamento externo, o IH viu aprovados, durante o ano, mais 5 projetos de investigação, num total de 1,8 milhões de euros.

A edificação do novo Centro Meteorológico e Oceanográfico Naval permite, agora, uma melhor gestão e a disponibilização da informação GEOMETOC, essencial ao planeamento e à condução das operações navais e marítimas e à atividade do IH.

No âmbito da cooperação institucional, foram estabelecidos protocolos de cooperação com o Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores, com o Instituto Nacio-

nal de Hidrografia e Navegação de Moçambique e com a Agência Marítima e Portuária de Cabo Verde.

Em 2017, o IH passou a estar certificado em conformidade com o novo referencial ISO 9001:2015. Os ensaios físico-químicos, sedimentológicos e as calibrações encontram-se acreditados pelo IPAC, tendo sido submetidos aos requisitos da norma de referência (NP EN ISO/IEC 17025) um conjunto mais alargado de ensaios.

A Escola de Hidrografia e Oceanografia obteve o reconhecimento internacional do Curso de Especialização em Hidrografia, Categoria A, que continua a ser, a nível mundial, um dos vinte cursos reconhecidos. Este curso integra, no ano letivo de 2017/18, além de oficiais da Marinha Portuguesa, um oficial da Marinha Real de Marrocos e dois civis de nacionalidades italiana e brasileira. O Curso Técnico de Hidrografia, concluído em 2017, também integrou 5 oficiais da Marinha de Angola.

Em 2017 foi organizada a exposição fotográfica “Convento das Trinas – Anos 40 vs. Hoje” e realizou-se a sessão evocativa do Dia Mundial da Hidrografia alusiva ao tema “Mapear os nossos mares, oceanos e vias navegáveis – mais importante do que nunca”.

O IH editou o livro “100 anos da Aviação Naval” e, no âmbito das comemorações dos 700 anos da Marinha, promoveu a exposição “A Cartografia nos 700 anos da Marinha”, que contou com a visita do Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa.



Colaboração do **INSTITUTO HIDROGRÁFICO**

ESCOLA NAVAL



No ano em que se celebraram 700 anos da criação formal da Marinha e em que foram realizadas múltiplas atividades para divulgar esta importante efeméride, realizou-se na Escola Naval, no dia 8 de junho, a Sessão Solene alusiva a esta efeméride e, concomitantemente, de assinatura de protocolo com a Universidade de Lisboa, no domínio do

Estudo, Ensino e Investigação. Esta cerimónia foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, e mostrou, de forma inequívoca, que ao longo dos últimos 700 anos a Marinha esteve sempre presente e assumiu um papel fundamental nos grandes acontecimentos, ao serviço de Portugal e dos portugueses. Marcaram presença ilustres entidades académicas, militares e civis, que conferiram acrescido brilho e muito dignificaram a cerimónia.

No dia 29 de setembro, realizou-se a cerimónia de Juramento de Bandeira e entrega de espadas aos Aspirantes do Curso “D. Maria II”. A cerimónia foi presidida pelo Presidente da República, simbolizando o fim de uma etapa repleta de desafios, de aprendizagem, de assimilação de experiências, de rigorosa formação intelectual, académica, física, militar-naval e comportamental, bem como o preambular de uma carreira de Oficiais de Marinha, servindo Portugal no mar.

Nos dias 6 e 7 de outubro, teve lugar na Escola Naval o seminário “Escola Naval: Formação Inicial de Oficiais da Marinha”, o qual teve como objetivo concretizar uma reflexão abrangente sobre este tema. No primeiro dia, o seminário contou com a presença de um ilustre

painel de oradores formado por entidades de reconhecido mérito no âmbito do ensino superior universitário e militar, nacional e estrangeiro, conferindo, assim, uma visão global sobre a perspetiva externa da formação dos oficiais da Marinha. De igual modo, o segundo dia incidiu sobre a perspetiva interna da Marinha, tendo sido proferidas comunicações pelos chefes dos setores com as suas apreciações sobre o tema. Desta forma, o seminário possibilitou uma reflexão holística sobre a formação inicial dos oficiais de Marinha, por forma a assegurar que a Escola Naval possa continuar a enfrentar com sucesso os inúmeros desafios e, assim, contribuir para o cumprimento da missão da Marinha.

Ainda no âmbito das Comemorações dos 700 Anos da Marinha, decorreu no dia 11 de dezembro o Seminário Internacional “Estratégias Marítimas para o Séc. XXI”. Presidido pelo CEMA e AMN contou com um painel de oradores formado por docentes nacionais e internacionais pertencentes ao Ensino Superior Universitário, os quais têm desenvolvido e publicado inúmeros trabalhos inseridos nesta temática.

Participaram também diversas comitivas pertencentes às Marinhas amigas e aliadas de Portugal, bem como muitas outras individualidades de elevado mérito.

O objetivo principal deste evento foi alcançado através de uma reflexão abrangente sobre o tema “Estratégia Marítima”, permitindo formar perspetivas diversas sobre o uso do mar para o século XXI.



Colaboração da **ESCOLA NAVAL**





Fotos
CAB A Evans de Pinho
SMOR L Almeida de Carvalho



BALANÇO DAS ATIVIDADES 2017

AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL

A AMN tem como órgãos executivos, técnicos e operacionais a Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM), e sua estrutura descentralizada, designadamente os Departamentos Marítimos, as Capitánias dos Portos e suas Delegações Marítimas, e a Polícia Marítima (PM).

DIREÇÃO-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA



Está legalmente cometida à DGAM a direção, coordenação e controlo das atividades exercidas por aqueles órgãos, bem como dirigir a atividade das suas direções técnicas, nomeadamente, a Direção de Faróis (DF), o Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), o Serviço de Combate à Poluição do Mar (SCPM) e a Escola da Autoridade Marítima (EAM).

No que respeita à atividade desenvolvida em 2017 pelas Direções Técnicas da DGAM salienta-se:

DIREÇÃO DE FARÓIS

Da atividade desenvolvida destacam-se três grandes áreas de atuação, nomeadamente, o Assinalamento Marítimo e Balizagem, o Sistema “Costa Segura” e a capacitação da estrutura da AMN nas Ilhas Selvagens.

A manutenção e atualização das ajudas à navegação, faróis e boias, foram uma atividade permanente desta Direção durante o ano de 2017, constituindo um contributo essencial para a segurança da navegação. Neste âmbito, é de relevar a remodelação do automatismo e do sistema iluminante do Farol de Sagres, mantendo o tradicional aparelho ótico de *Fresnel*. Decorrente destes trabalhos foi instalado um sistema de mudança de lâmpada, desenvolvido por esta Direção, para a permuta da lâmpada principal alimentada a 220 VAC, quando inoperacional, por uma lâmpada alimentada através das baterias.

Foi também instalado um sistema de monitorização e controlo via Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM) que emite, através do serviço de mensagens curtas (SMS), informação sobre o seu estado de funcionamento, bem como de situações anómalas. Salienta-se, ainda, a remodelação dos sistemas iluminantes dos farolins da Selvagem Grande e da Selvagem Pequena, para tecnologia de diodo emissor de luz (LED).

Na vertente da balizagem foi realizada a manutenção das boias do Parque Natural da Arrábida (PNA), da boia NR 1 de Setúbal, das boias NR 1 e NR 3AB do canal do Alfeite, da boia NR 8 do canal de Olhão e das boias NR 1, NR 3 e NR 5 do canal de Portimão.

No âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe (CTM-STP), sob a égide da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, foi realizada uma Assessoria Técnica Temporária (ATT), de 28 de outubro a 22 de dezembro. Esta ATT decorreu no âmbito do Programa-Quadro para o triénio de 2015 a 2017, cujo objetivo global é apoiar a Guarda Costeira Santomense e o serviço de Apoio à Navegação, balizando a sua ação na manutenção da rede de assinalamento marítimo de São Tomé e Príncipe.

Em 2017 foi dada continuação à implementação do sistema “Costa Segura”, no território nacional com a instalação das estações locais de Vila Real de Santo António, Santa Maria (Olhão), Ponta Altar (Portimão), Douro, Póvoa do Varzim, Ponta do Pargo, S. Jorge (Madeira) e Cabo de São Vicente, tendo ficado edificadas um total de 16 estações. Até ao final de 2018 ficarão instaladas 30 estações em todo o território nacional, incluindo os arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Foi consumado o processo de edificação e capacitação da Estrutura da AMN nas Ilhas Selvagens. As ações desenvolvidas decorreram em três fases distintas, ao longo de seis meses, no período compreendido entre julho de 2016 e julho de 2017, e foram coordenadas de forma integrada pela Direção de Faróis, Capitania do Porto do Funchal, Departamento Marítimo da Madeira e Comando Naval. A presença da Polícia Marítima nas Ilhas Selvagens assegura o permanente exercício da autoridade do Estado em todo o espaço marítimo circundante.

SERVIÇO DE COMBATE À POLUIÇÃO DO MAR

No SCPM, o ano de 2017 ficou marcado pela vertente operacional de treino e formação em diversos exercícios e demonstrações de capacidades conjuntas com organizações e entidades nacionais e internacionais.

Entre outros cenários, o de poluição marinha foi simulado em duas grandes iniciativas, no exercício denominado PROTEGER, que teve lugar na Baía de Cascais, onde se treinou a capacidade de resposta em caso de emergência civil, e no exercício COASTEX, em Troia, o primeiro exercício europeu de atividades de Guardas Costeiras, no âmbito do *European Coast Guard Functions Forum* (ECGFF).

O ano terminaria com o exercício de combate à poluição ATLANTIC POLEX.PT de âmbito nacional realizado em Vila Real de Santo António, que contou com a presença de várias entidades e organizações nacionais e internacionais. Neste exercício, decorrente da simulação de um incidente de poluição marítima, foram empenhados diversos meios, em diferentes cenários, em terra e no mar, tendo participado, pela primeira vez neste exercício, a Marinha Real Marroquina.

Para além disso, o SCPM recebeu nas suas instalações a visita de uma Delegação da União Europeia, realizada no âmbito do programa de intercâmbio de peritos do Mecanismo Europeu da Proteção Civil, e foram ainda realizadas várias ações de formação bem como realizado o treino próprio que este Serviço realiza todos os anos na Base Logística de Troia.

INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS

O Serviço de Salvamento Marítimo do ISN, no âmbito da atividade do conjunto das Estações Salva-vidas, registou em 2017 um total de 472 saídas de socorro, das quais resultaram 23 vidas salvas, bem como 265 pessoas e 85 embarcações assistidas.

Ao longo de 2017, saliente-se a realização do curso de Tripulante de Embarcações Salva-vidas destinado à integração nos quadros da AMN de 26 novos tripulantes para as Estações Salva-vidas.

Também é de assinalar a organização, em Portugal, do exercício internacional CREW EXCHANGE da *International Maritime Rescue Federation* (IMRF) com a integração no SSM de cinco tripulantes oriundos de Inglaterra, Holanda, Alemanha, Estónia e França.

O ISN cooperou ainda na organização e segurança da *Volvo Ocean Race 2017*, para a qual foram mobilizadas sete embarcações salva-vidas de média capacidade.

O Serviço de Assistência a Banhistas procedeu à certificação de 1760 nadadores-salvadores (NS), através da realização, por todo o país, de 157 Exames Específicos de Aptidão Técnica e promoveu por todo o país 70 campanhas de sensibilização junto dos banhistas, para a prática segura e responsável das zonas balneares.

No domínio da formação, foram ministrados 14 módulos adicionais ao curso de NS, sendo 7 de operação de mota de água e 7 de moto 4x4, ambos em contexto de salvamento.

Releva-se que, em 2017, o ISN cumpriu 125 anos de existência ao serviço de Portugal.

ESCOLA DA AUTORIDADE MARÍTIMA

O ano de 2017 foi pleno de atividade em resultado do vasto leque de formação que os seus diversos núcleos têm para oferecer.

O Núcleo de Formação em Autoridade Marítima ministrou entre outros, o Curso de Aperfeiçoamento em Autoridade Marítima e três módulos do Curso em Autoridade Marítima (CAM). Os módulos do CAM tiveram cerca de duas centenas de participantes, cada, atestando o interesse e a importância deste curso.

O Núcleo de Formação da Polícia Marítima teve como formação em exclusivo o Curso de Formação de Agentes da Polícia Marítima, com a frequência de 20 Agentes Estagiários.

O Núcleo de Formação de Faroleiros ministrou mais um Curso de Formação de Faroleiros Auxiliares, com a participação de formandos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente, de Timor-Leste e de Cabo Verde.

Dos vários cursos ministrados pelo Núcleo de Formação de Socorros a Náufragos destacaram-se: diversas edições do Curso de Nadador-salvador e vários módulos de formação específicos em contexto de socorros a náufragos e assistência a banhistas.

No Núcleo de Formação de Combate à Poluição do Mar ministraram-se três edições do Curso de Operador de Combate à Poluição.

Por fim, no Núcleo de Formação Náutica ministrou-se: o Curso de Aperfeiçoamento em Governo de Embarcações e o Curso de Governo de Embarcações de Alta Velocidade, tendo como formandos elementos da Polícia de Segurança Pública, o Curso de Operações no Mar ministrado à Autoridade para as Condições de Trabalho e o Curso “Condução de Motas de Água e de Embarcações de Alta Velocidade em contexto Policial”, no âmbito do ECGFF tendo como formandos elementos da Aduana Espanhola.

POLÍCIA MARÍTIMA



No âmbito das suas competências de vigilância e fiscalização destaca-se a realização, entre 2016/2017, de mais de 180.000 ações, incluindo 25.000 embarcações fiscalizadas no mar, das quais resultaram um número significativo de processos de contraordenação.

É relevado, ainda, o papel da PM no contexto da cidadania marítima, onde, através da implementação do Programa de Cidadania, com a realização de mais de 250 iniciativas realizadas em 2017, têm vindo a ser realizadas diversas ações de sensibilização, visando incentivar os jovens para uma cidadania e participação ativa no âmbito da defesa e salvaguarda do equilíbrio da ecologia marinha e na prevenção de comportamentos de risco na orla costeira e praias de banhos.

A obtenção de tais resultados, face ao circunstancialismo atual respeitante aos quantitativos de recursos humanos, só foi possível graças ao fortíssimo empenho e sólido profissionalismo do pessoal da PM e à específica natureza operacional desta força policial, atenta a sua caracterização territorial desconcentrada e a intrínseca relação estrutural existente com as Autoridades Marítimas locais. De facto, estando a PM inserida na estrutura da AMN e sendo apoiada pela Marinha nas vertentes administrativa e logística, é possível garantir a afetação da maior parte dos efetivos à componente operacional, o que manifestamente representa uma mais valia significativa e um fator de diferenciação no contexto de outras forças e serviços de segurança.

Também ao nível da formação foram tomadas importantes medidas, destacando-se a realização, entre os anos de 2016 e 2017, de um elevado número de ações de formação que muito contribuíram para o aumento e desenvolvimento das qualificações técnicas e profissionais dos efetivos da PM. Destaca-se, neste contexto, a Formação de Inspeção Judiciária, realizada em parceria com a Polícia Judiciária, requisito essencial para o exercício de ações no contexto da investigação criminal, designadamente a recolha de vestígios em local de crime, salientando-se igualmente a formação nas áreas da preservação do local do crime e na área da recolha de vestígios em meio subaquático, cuja concretização permitiu um incremento nas qualificações da PM no que concerne à abordagem, preservação e passagem do local do crime à entidade competente para a investigação.

Cresceram também as infraestruturas de apoio à PM, salientando-se em especial as novas instalações do Comando-Geral, que permitiram não só aumentar a qualidade dos serviços prestados, mas também dignificar institucionalmente a PM, que agora possui instalações adequadas para responder às diferentes solicitações logísticas, administrativas e operacionais, onde se destaca uma sala de situação equipada para responder às necessidades de informação do Comandante-Geral e apoio a eventuais operações.

Prevê-se, igualmente para breve, a inauguração das novas Instalações do Grupo de Ações Táticas (GAT), que permitirão o aumento da prontidão daquele grupo.

Também ao nível tecnológico e material se tem verificado um aumento significativo dos meios disponíveis, tendo crescido o número de embarcações, iniciando-se igualmente um processo de modernização das viaturas.

Finalmente, importa referir o esforço que tem vindo a ser seguido no sentido do reforço da identidade da PM, designadamente através da criação dos respetivos símbolos heráldicos, do dia da PM e do Regulamento de Medalhas, fundamental para o reconhecimento público do esforço e dedicação do pessoal da PM.



Colaboração da **DGAM** e do **CGPM**

A ZONA CONTÍGUA

É secular a necessidade de existir um espaço contíguo às águas sob soberania dos Estados Costeiros sobre o qual estes pudessem, para lá do seu Mar Territorial (MT), exercer um conjunto de actos e medidas, sobretudo com fins de segurança – militar ou outra –, para protecção dos recursos de pesca ou com vista a impor a autoridade de molde a prevenir que produtos contrabandeados entrassem no território. Talvez os mais remotos exemplos que se podem encontrar nesta matéria específica de um espaço contíguo sejam os *Hovering Acts* publicados na Inglaterra no Séc. XVIII, que visavam estabelecer um instrumento de fiscalização contra o transporte ilícito de algumas cargas, e, em particular, sobre os navios de bandeira não inglesa que faziam contrabando de chá e de bebidas alcoólicas.

Ainda que se esteja a falar de um direito de intervenção necessariamente limitado perante navios de outras Bandeiras, cujo propósito seria criar um espaço de segurança que permitisse uma acção mais impositiva do Estado Costeiro, a sua institucionalização definitiva no direito internacional demoraria muito tempo. Já no decurso da segunda metade dos anos 30 do Séc. XX, foi decretada, em França, a proibição de navios estrangeiros se aproximarem mais de 3 milhas da linha de costa francesa. Por outro lado, e como já havíamos referido em artigo anterior¹, Barbosa de Magalhães propôs, na Conferência para a Codificação do Direito Internacional em Haia de 1930, que fossem reconhecidos aos Estados Costeiros direitos especiais de regulamentação de pesca no sentido da protecção dos recursos, medida que não viria a ser aceite², também pelo facto desse mecanismo poder ser visto como uma zona especial de pesca além do MT, temendo-se, então, que ocorresse uma multiplicação de diferentes tipos de *mares territoriais* com diversos fins (aduaneiros, de pesca e de imposição de política sanitária, entre outros).

Aliás, mesmo com a Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua de 1958, como se verá de seguida, não passou a existir um reconhecimento expresso de uma *zona contígua de pesca* ou que visasse a salvaguarda de questões de segurança, sendo a mesma, como parte de Alto Mar, limitada apenas a 4 âmbitos: aduaneiro, fiscal, sanitário ou de emigração.

No ordenamento jurídico nacional, pelo Decreto-Lei nº 44490, de 3 de Agosto de 1962, foi decidida a ratificação de 4 convenções, aprovadas na 1ª Conferência de Direito do Mar, realizada em Genebra em 1958³, nas quais se incluía a Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua⁴, um articulado de 32 artigos que seria absolutamente fundamental no percurso da definição do direito internacional do mar⁵.

A expressão usada logo no início do nº 1, do artigo 24º, daquela Convenção, permite concluir que a constituição de uma Zona Contígua (ZC) é facultativa para os Estados Costeiros; com efeito, estipulava aquele preceito que “1 – O Estado ribeirinho *pode* exercer a fiscalização necessária sobre uma zona do alto mar contígua ao seu mar territorial para os seguintes fins: (...)”. O preceito definia, ainda, no seu nº 2, que a ZC não se poderia estender mais além do que 12 milhas contadas “da linha de base que serve de ponto de partida para medir a largura do mar territorial.”, normativo que, para muitos Estados, acabaria por ser de execução nula, porquanto, para aqueles que tivessem fixado a largura do MT em 12 milhas⁶, era impossível reivindicar uma ZC.

Aquela menção às 12 milhas resultava, sobretudo, do entendimento proferido pela Comissão de Direito Internacional (CDI) – que estabelecera as premissas que sustentaram os debates científicos e técnicos ocorridos na Conferência –, no sentido de que “...o direito internacional não permite a extensão do mar territorial para lá das 12 milhas.”, defendendo, ainda, a ilustre CDI, que a ZC “não pode estender-se para lá das 12 milhas a contar da linha de base que serve de ponto de partida para medir a largura do mar territorial.”.

Mas o referido nº 1 do artigo 24º qualificava, também, a abrangência de fiscalização pública que poderia ser efectuada: teria ela que ser necessária, definindo a alínea a) do normativo o sentido material que tal restrição queria significar: a intervenção fiscalizadora do Estado Costeiro, quer a título preventivo, quer a título repressivo, apenas deveria ter como fins as “*infrações às leis de polícia aduaneira, fiscal, sanitária ou de emigração sobre o seu território ou no seu mar territorial.*”, até porque, na expressão jurídica do próprio artigo 24º, a ZC era uma “zona de alto mar”, e a tipologia de poderes que nela podem ser exercidos está, à partida, limitada e condicionada pelo conceito.

A falta de uniformidade na definição dos espaços, as diversas conjunturas de cariz geopolítico que se foram desenvolvendo desde os anos 50 do Séc. XX, e o aumento exponencial do transporte de mercadorias por mar propiciaram novas e mais alargadas discussões sobre a largura do MT e da ZC, e, consequentemente, foi mais notória e evidente a necessidade de se promoverem os estudos e projectos de unificação do direito do mar, desiderato que viria a ocorrer durante as sessões realizadas a partir de 1971 e que durariam até 1973, data em que, nas Nações Unidas em Nova Iorque, de 3 a 15 de Dezembro (1973), decorreram as primeiras sessões⁷.

O texto final da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) que viria a ser assinada em Montego Bay – adoptado na reunião plenária de 30 de Abril de 1982 – foi, de facto, o resultado de uma avaliação sistémica de regras e costumes de direito internacional, sendo a Convenção, assim, considerada um verdadeiro código, tida por alguns autores desde então como a Constituição do Mar.

A CNUDM, de 10 de Dezembro de 1982, conhecida como Convenção de Montego Bay, define, no seu artigo 33º, o regime aplicável à ZC, mantendo, no que é estrutural, o regime aprovado pelo artigo 24º da Convenção de Genebra.

Ocorreram, contudo, alterações evidentes em termos da semântica e da formulação. Desde logo, o carácter designativo em si da Zona. O legislador de 1982 qualifica este espaço, designando-o, expressamente, como “*Numa zona contígua ao seu mar territorial, denominada “zona contígua”, o Estado costeiro pode...*”. Há, inegavelmente, uma formulação jurídica mais sistémica, mais expressiva, e um qualificativo do espaço, o que permitiu desde a vigência da CNUDM um desenvolvimento muito mais notório ao nível doutrinal da ZC⁸.

Em complemento, quer quanto à sequência semântica do articulado da alínea a), do nº 1, do artigo 24º, da Convenção de Genebra, quer mesmo no que respeita ao verbo empregue no normativo, há uma diferença que não é meramente adjectiva entre os textos de 1958 e de 1982; de facto, em 1958 usou-se o termo “*Prevenir as infrações às suas leis...*”, enquanto que 24 anos depois se privilegiou a expressão “*Evitar as infrações às leis e regulamentos...*”. Dir-se-á que da expressão de 1958 se

Foto Giovanni Isolino



poderá retirar um sentido mais amplo da intervenção do Estado, uma vez que se admitia, sem uma restrição de pendor, uma intervenção preventiva, a qual admitiria, até por conceito, uma atitude mais sistémica de exercício de autoridade e não meramente circunstancial.

Outra das diferenças é que, com a formulação jurídica aprovada em Montego Bay, desaparece a referência a que a ZC é uma *zona de alto mar*. Defendendo alguns autores que isso poderá corresponder à existência de um novo espaço em direito internacional com autonomia jurídica (a ZC), o certo é que, morfológicamente, e não sendo este um espaço de exercício soberano, mas correspondendo a uma faixa adjacente ao MT, não deixa de ser enquadrável no regime geral do Alto Mar, onde, por aplicação impositiva do regime estatuído nos artigos 86º a 90º da CNUDM, tem que se garantir e salvaguardar a existência das liberdades de navegação. Não ocorreu, portanto, neste âmbito, uma alteração material de regime. O facto é que os poderes exercidos pelo Estado Costeiro quanto à ZC que estabeleceu não são de cariz soberano; isto é, continuam a ter um cariz fundado numa acção jurisdicional fiscalizadora, que é direccionada para cinco áreas específicas, a aduaneira, a fiscal, a sanitária, a de imigração e o património cultural subaquático. A ZC não deixou, assim, pelo articulado definido pela CNUDM, de ser um espaço integrante do Alto Mar, o que tem é um regime especial que lhe é aplicável pelo facto de ser um espaço contíguo às águas territoriais, o que lhe confere uma óbvia especificidade quanto à necessidade de uma intervenção dos Estados Costeiros em âmbitos preventivo e repressivo.

A diferença substantiva mais notória em relação ao texto de 1958 é, contudo, respeitante à largura da ZC. A CNUDM define, inequivocamente, que a ZC se pode estender até às 24 milhas marítimas *“contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial”*, o que é, obviamente, consequência do alargamento para as 12 milhas da largura do MT. Ora, sobretudo para Estados que detêm jurisdição sobre zonas em que navega um muito significativo volume de tráfego marítimo, como é o caso Português, ou aqueles que se encontram em zonas geopoliticamente instáveis, não podem restar dúvidas de que, em especial quanto à imposição de regras que visam imprimir uma mais eficaz repressão aos ilícitos de contrabando, de imigração ilegal ou prevenir a ocorrência de ameaças de cariz sanitário nos respectivos territórios, um espaço adjacente ao MT de 12 milhas constitui um instrumento de grande utilidade para o exercício jurisdicional dos Estados Costeiros.

Por outro lado, a formulação do artigo 33º da CNUDM pressupõe, tal como ocorria no texto de 1958, que a constituição de uma ZC é facultativa para os Estados Costeiros; com efeito, estipula aquele preceito que *“1 – Numa zona contígua ao mar territorial, denominada “zona contígua”, o Estado costeiro pode tomar as medidas de fiscalização necessárias a...(...)”*. Igual conclusão se retira, também, da abordagem jurídico-semântica que consta do ponto 2), do artigo

2º, do Decreto do Presidente da República nº 67-A/97, de 14 de Outubro – e que figura, igualmente, no ponto 2) do Aviso nº 81/98, de 21 de Abril de 1998º, que comunica que Portugal depositou, em 3 de Novembro de 1997, o instrumento de ratificação da CNUDM de 1982 –, neles se expressando que *“Portugal declara que numa zona de 12 milhas marítimas contígua ao seu mar territorial tomará as medidas de fiscalização que entenda necessárias, nos termos do artigo 33º da presente convenção”*.

Em âmbito do ordenamento jurídico nacional, importa ressaltar o preceituado no artigo 5º do Decreto-Lei nº 43/2002, de 2 de Março, que deve ser conjugado, em termos do exercício da autoridade do Estado, com o estabelecido no artigo 12º do Decreto-Lei nº 44/2002, da mesma data, com o definido nos artigos 2º, 7º, 12º, e alínea b), do nº 1, do artigo 16º, todos da Lei nº 34/2006, de 28 de Julho, e, ainda, com o preceituado no artigo 10º do Decreto Regulamentar nº 86/2007, de 12 de Dezembro. Sobre a importância destes preceitos e bem assim sobre a caracterização que a CNUDM faz no seu artigo 303º sobre património cultural subaquático na ZC, dedicaremos outro artigo.



Dr. Luís da Costa Diogo
CHEFE DO GABINETE JURÍDICO DA DGAM

Notas

¹ Na abordagem que efectuámos em “Mar Territorial. Estudos Iniciais em âmbito da Sociedade das Nações sobre o regime aplicável”, Revista da Armada, SET/OUT2016.

² Apenas uma minoria de Estados (menos de 20) participantes na Conferência de Haia reconheceriam a possibilidade de poder vir a existir uma zona contígua.

³ Ter-se-á entendido, então – aquando da convocação da Convenção pela Resolução de 21 de Fevereiro de 1957 –, que um acordo sobre os princípios de direito internacional seria mais facilmente alcançado se fossem aprovados textos convencionais em separado, daí se terem identificado e concebido 4 Convenções; ora, tal âmbito de concordância geral não se viria a confirmar.

⁴ As outras convenções eram: a Convenção sobre o Alto Mar, a Convenção sobre a Pesca e a Conservação dos Recursos biológicos do Alto Mar, a Convenção sobre a Plataforma Continental, e ainda o Protocolo de Assinatura facultativo relativo à regularização obrigatória de divergências.

⁵ Ver desenvolvimentos desta matéria em “Lições de Direito Internacional Público”. Albino Azevedo Soares, Coimbra Editora, 1986, em “Direito Internacional”, Jean Touscoz, Publicações Europa-América, 1993, em “Direito do Mar”, Armando Marques Guedes, Coimbra Editora, 1998, e “Direito Internacional do Mar e temas de Direito Marítimo”, Luís da Costa Diogo e Rui Januário, Áreas Editora, 2000.

⁶ Porque na Convenção não se chegou a um consenso sobre a largura do MT, tendo-se estatuído meras alusões e princípios genéricos – nº1, do artigo 1º, artigo 3º, nº1 do artigo 5º, artigo 6º e artigo 17º -, pelo que, posteriormente, se assistiu à fixação unilateral das respectivas larguras.

⁷ A segunda sessão decorreu em Caracas, de 20 de Junho a 29 de Agosto de 1974.

⁸ Pela utilidade, ver Parecer do Comandante Limpo Serra, de 14 de Novembro de 1983, em âmbito da Comissão de Direito Marítimo Internacional.

⁹ Publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e que menciona que a Convenção entrou em vigor para Portugal a 3 de Dezembro de 1997, ou seja, 1 mês depois do depósito do instrumento de ratificação.



ACADEMIA DE MARINHA

XV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

“O MAR COMO FUTURO DE PORTUGAL (C.1223 – C.1448). A PROPÓSITO DA CONTRATAÇÃO DE MANUEL PESSANHA COMO ALMIRANTE POR D. DINIS”

Subordinado ao tema “O Mar como futuro de Portugal (c.1223 – c.1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis”, decorreu na Academia de Marinha, de 14 a 16 de novembro, o XV Simpósio de História Marítima.

O Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu, nas palavras de Abertura agradeceu a Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante António Silva Ribeiro, ter aceite presidir à sessão de Abertura do XV Simpósio de História Marítima, dando assim mais um sinal, à Marinha e à comunidade académica nacional, da importância que atribui à componente cultural na vida do ramo que comanda. Seguidamente agradeceu à Senhora Professora Maria Helena da Cruz Coelho a sua disponibilidade



para presidir à Comissão Científica, ao Senhor Embaixador João de Deus Ramos, Vice-Presidente para a classe de História Marítima, aos membros da Comissão Organizadora, aos conferencistas, participantes e parcerias, bem como ao patrocinador, Associação Mutualista Montepio, e o apoio da Lusitania Vida e do Hotel Corpo Santo.

Seguiram-se as palavras do Vice-Presidente da Classe de História Marítima, Embaixador João de Deus Ramos e da Presidente da Comissão Científica do Simpósio, Prof^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho. A conferência de Abertura, intitulada “D. Dinis e o Mar”, foi apresentada pelo Prof. Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro.

Seguiram-se as apresentações das comunicações dos 27 conferencistas, que durante os três dias entusiasmaram o Auditório da Academia, de acordo com o previsto no programa do simpósio.

Na sessão de Encerramento, novamente presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, foi apresentada a conferência “O Mar

como abertura do Mundo”, pelo Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, e no discurso de Encerramento, o Presidente da Academia de Marinha, após ter renovado os agradecimentos aos oradores, aos participantes, aos membros das comissões organizadora e científica, bem como a toda a guarnição da Academia, referiu-se resumidamente às temáticas desenvolvidas nos três dias do Simpósio. Assim, foram explicados os tempos antes de Pessanha, bem como o porquê dessa escolha. Aprofundaram-se as diligências desenvolvidas por D. Dinis na definição do ofício do Almirantado. Explicou-se a aliança dos reinos de Portugal e Aragão, potências marítimas que complementavam as suas influências no Mediterrâneo e Atlântico. Estudou-se a importância que a política fernandina de apoio à navegação teve na evolução económica desse reinado. Chamou-se a atenção para o papel das ordens militares e a guerra no mar, designadamente a criação da Ordem de Cristo e a sua fixação em Castro Marim. O envolvimento desta Ordem, bem como de membros da ordem de Avis na expedição a Tânger, incluindo a presença dos infantes D. Henrique e D. Fernando, não escapou a uma análise de vertente sociológica. Foi abordado o papel de D. Pedro, regente, e a complementaridade de propósitos com os do infante D. Henrique, que assim tornou possível a dilatação do senhorio Atlântico, incitando a uma política de hegemonia marítima e de novas descobertas. As póvoas marítimas não foram esquecidas, bem como o papel de D. Dinis na sua criação através da atribuição de forais e respetivos privilégios. Analisou-se o panorama portuário nacional aquando do início do trabalho de Manuel Pessanha e a sua evolução ao longo do tempo. Foi apresentada a importância das tercenas régias e a sua evolução até finais do séc. XV, tendo sido questionado o seu eventual papel na construção das galés. Dissertou-se sobre a forma como D. Dinis profissionalizou as instituições militares, reveladora de rara visão estratégica num propício tempo de paz resultante do tratado de Alcanises. Estudou-se o papel das *bulas do mar* como um primeiro passo para o alargamento da área de soberania e jurisdição nacional. Finalmente, da conferência de encerramento retira-se, e citou “*O mar foi, sem dúvida, a solução para compensar a pequenez do território peninsular português e, por isso, fez da memória dos Descobrimientos um traço identitário dos Portugueses há séculos*”.

A terminar, referiu termos ficado “mais conscientes da importância que a data de 1 de fevereiro de 1317 teve, data considerada fundacional da Marinha Portuguesa (...), bem como do papel que o mar teve e deverá voltar a ter para Portugal”.

O XV Simpósio de História Marítima encerrou com um momento musical presenteado pelo Quinteto Clássico da Banda da Armada.



Colaboração da ACADEMIA DE MARINHA

NOTÍCIAS

25º ANIVERSÁRIO DO CURSO “JOÃO FONTES PEREIRA DE MELO”

Realizou-se no dia 3 de outubro a comemoração do 25º aniversário do Curso “João Fontes Pereira de Melo” que ingressou na Escola Naval (EN) no ano de 1992. Após a realização das provas académicas e físicas e a conclusão da Instrução Militar Básica (IMB), foram admitidos 45 candidatos. A estes juntaram-se 16 cadetes provenientes do curso do ano anterior.

Os 61 cadetes do curso “João Fontes Pereira de Melo” iniciaram o seu percurso militar na Academia Militar, onde em conjunto com os cadetes do Exército, da Força Aérea e da Guarda Nacional Republicana permaneceram durante o primeiro ano escolar. O restante percurso académico foi realizado na EN, tendo em 1998 concluído o curso 19 elementos (2 dos quais oriundos da República de Cabo Verde).

As comemorações iniciaram-se na Sala Macau da EN, local onde 28 elementos do Curso apresentaram cumprimentos ao Comandante da EN, CALM Henriques Gomes, tendo de seguida sido assinalada a efeméride com a assinatura do Livro de Honra. Este momento contou com as distintas presenças do antigo comandante de companhia dos 3º e 4º anos, o CMG Gonçalves da Silva e do adjunto à Companhia do 1º ano de FGC, o CFR FZ Martins de Brito. Seguiu-se a tradicional fotografia de grupo na escadaria principal da Escola Naval.



O programa continuou no Auditório “Comandante Limpo Serra” com uma brilhante lição subordinada ao tema da liderança, ministrada pelo CFR FZ Martins de Brito. Ainda no período da manhã seguiu-se uma celebração religiosa de Ação de Graças na capela e, posteriormente, proporcionada a consulta, novamente na Sala Macau, dos registos escolares de cada um dos elementos do curso. Seguidamente foi efetuada uma breve alocução do curso “João Fontes Pereira de Melo”, proferida pelo seu elemento mais antigo, o CFR FZ Fernandes Vaqueiro, aos cadetes em parada. Após o desfile do Batalhão do Corpo de Alunos, foi descerrada uma placa alusiva ao evento no átrio do edifício do Corpo de Alunos, com o seguinte mote, da autoria de Agostinho da Silva:

“Como tudo é possível, ousemos fazer rumo ao impossível”.

Após o almoço foi proporcionada uma visita guiada às instalações, onde o sentimento de nostalgia invadiu os presentes. Ainda no final deste dia, realizou-se um jantar comemorativo, nas instalações da Messe de Cascais.

No âmbito destas celebrações oficiais, realizou-se ainda em 4 de outubro, na Biblioteca do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, uma audiência concedida pelo Almirante CEMA e AMN a uma delegação de quatro oficiais representantes de cada classe.

1º ACAMPAMENTO MARÍTIMO E REGATA “COMANDANTE CARVALHO ARAÚJO”

A Base Naval de Lisboa recebeu nos passados dias 6, 7 e 8 de outubro, um conjunto de 58 jovens escuteiros marítimos, que participaram no 1º acampamento marítimo e regata “Comandante Carvalho Araújo”. O evento, que decorreu de iniciativa desenvolvida pela Associação Comandante Carvalho Araújo (ACCA) e que contou com todo o apoio da Marinha e do Clube Náutico de Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA), inscreve-se no âmbito do programa “Ligar ao Mar”, através do qual aquela Associação pretende promover, organizar e apoiar um conjunto de projetos e ações tendentes à sensibilização e aproximação dos cidadãos em geral, e dos jovens em especial, ao mar e às diversas atividades náuticas, navais e marítimas.

Os jovens escuteiros marítimos, com idades entre os 10 e os 14 anos, pertencentes aos Agrupamentos 797 – Nova Oeiras, 929 – Belém, 1100 – Parque das Nações e 1180 – Santa Cruz, Barreiro e enquadrados por dezanove dirigentes e chefes do Corpo Nacional de Escutas (CNE), tiveram a oportunidade de visitar, na manhã do dia 7, a fragata *Corte-Real* e a Escola Naval, onde tomaram contacto com as diversas peças expostas no seu Museu e vivenciaram a experiência proporcionada pelo Simulador de Navegação.

A regata, na tarde de sábado, contou com 13 embarcações “scout” (adaptação da classe “dot”), tendo-se seguido, no CNOCA, a cerimónia de entrega de prémios. Nesta cerimónia, o Presidente da Direção da ACCA, Cmdt. Vale Matos, o Presidente da Direção do CNOCA, Cmdt. Sassetti Carmona, o Coordenador da Equipa Nacional Marí-



Foto Paula Gaspar

tima do CNE, Fernando Lima e, finalmente, o 2º Comandante Naval, Comodoro Oliveira Silva, em representação do Almirante Comandante Naval, proferiram umas breves palavras dirigidas aos jovens escuteiros marítimos e a todos os demais presentes, incluindo associados da ACCA e dirigentes do CNE convidados. Os dias 7 e 8 iniciaram-se com a presença dos escuteiros marítimos, em formatura, na cerimónia de içar da Bandeira Nacional, os quais tiveram ainda a oportunidade de participar, na manhã do dia 8, após a Eucaristia, em prova de conhecimentos, realizada em ligação com um circuito pedestre em equipa.

A ACCA pretende promover a realização de evento semelhante no próximo ano, em que se regista, a 14 de outubro, o centenário do combate do NRP *Augusto Castilho*, comandado pelo 1TEN José Botelho de Carvalho Araújo, que permitiu que os 206 passageiros embarcados no paquete *San Miguel*, que escoltava, chegassem sãos e salvos aos Açores.

SEGURANÇA MARÍTIMA: ALERTA PARA A PREVENÇÃO EM WORKSHOP NO PORTO

Previendo a chegada de condições adversas no mar, típicas desta altura do ano, a Autoridade Marítima promoveu, no dia 9 de outubro, um *workshop* que juntou várias entidades ligadas ao mar e às atividades que nele se desenvolvem, subordinado ao tema “Boas práticas de segurança no mar para o inverno”.

Este evento, presidido pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor José Azeredo Lopes, teve lugar na Foz do Douro, na Cantareira, Porto, e contou com apresentações sobre segurança marítima, sobre os centros de coordenação de busca e salvamento marítimo portugueses e sobre o Programa “Mar Seguro” da Autoridade Marítima.

Neste dia foi ainda inaugurado o sistema “Costa Segura” da Cantareira, com uma demonstração prática das capacidades e valências deste sistema. Para isto, foi simulada a aproximação de uma embarcação à barra da Foz do Douro, tendo o “Costa Segura” efetuado o alerta à aproximação desta a uma zona já antecipadamente sinalizada pelo sistema, acompanhando-a com a sua câmara.

Foi ainda realizado um exercício de salvamento marítimo, em que foi simulado um acidente com uma embarcação de pesca e empenhados meios do ISN, da Marinha, do Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto e da Companhia de Sapadores Bombeiros de Gaia, sob coordenação do Capitão do Porto do Douro, enquanto comandante das operações de socorro na sua área de jurisdição.

Tendo como enfoque a prevenção, este *workshop* pretendeu transmitir que o incremento gradual de uma cultura de segurança em todos os que praticam o mar, seja a nível profissional ou em lazer, é crucial para a diminuição do número de acidentes



Foto CAB A Evans de Pinho

marítimos. Em complemento, o planeamento da viagem antes da saída para o mar (garantir a existência e validade dos meios de salvamento, definir e informar do local para onde se desloca a embarcação, etc.), pode fazer a diferença em caso de acidente no mar.

No fim do evento, elementos das Estações Salva-vidas do ISN foram condecorados com a Medalha de Filantropia e Dedicção e elementos da PM com a Medalha de Mérito Policial Marítimo.

Estiveram presentes, para além do MDN, o CEMA e AMN, ALM Silva Ribeiro, o Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante-geral da PM, VALM Luís Sousa Pereira, o Diretor-geral da Política de Defesa Nacional, Dr. Nuno Pinheiro Torres, a Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, Dr.ª Guilhermina Rego, e o Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, entre outras entidades.

ETNA – DIA DA UNIDADE E DE ABERTURA DO ANO LETIVO 2017/18

Realizou-se no dia 10 de outubro, na Escola de Tecnologias Navais (ETNA), a cerimónia do Dia da Unidade e de Abertura do Ano Letivo de 2017/18, presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, ALM António Silva Ribeiro.

Após as honras militares, com execução do Hino Nacional pela Banda da Armada, entoado pelas forças em parada, sucederam-se as cerimónias de imposição de condecorações a militares e civis que se distinguiram ao serviço da Marinha e do País e de entrega de prémios escolares aos melhores alunos no ano letivo anterior. Decorreu depois a homenagem aos militares mortos em defesa da Pátria.

Seguiu-se a alocução do Comandante da ETNA, que, em síntese, fez um balanço da atividade letiva no ano transato (51.000 horas de formação a 3200 formandos), do apoio à Política Externa Nacional no domínio da cooperação técnico-militar, da contribuição para o adestramento da esquadra, da potenciação de sinergias com a Escola de Autoridade Marítima e do apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil durante os incêndios. Realçou ainda o tema das equivalências académicas e a sua importância para o recrutamento militar-naval e refletiu sobre os três mais relevantes desafios da ETNA: a adaptação dos cursos de formação de sargentos ao nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações, o investimento na digitalização e a instalação de



simuladores adequados aos novos meios e sistemas da esquadra.

Finda a cerimónia militar com o desfile das forças em parada, realizou-se uma evocação de Camões, junto ao seu busto – agora implantado na balaustrada do jardim frente ao Mar da Palha –, com deposição de uma coroa de flores e leitura de um excerto de “Os Lusíadas”. Visitou-se, seguidamente, uma exposição de obras de artistas nacionais e estrangeiros, civis e militares, na Messe de Oficiais, sinal evidente da abertura da ETNA e da Marinha à sociedade e da valorização da cultura marítima.

PASSAGEM À RESERVA DE DISPONIBILIDADE: VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO POR MILITARES DO REGIME DE CONTRATO

O ano de 2017 assinalou, para três incorporações de militares em regime de contrato da categoria de praças, o final da prestação de serviço como militares da Marinha Portuguesa. Dada a relevância do serviço prestado por estes homens e mulheres durante os cerca de sete anos de vínculo contratual com a Marinha (um de instrução militar e seis de prestação de serviço efetivo), tanto em terra como no mar, a Direção de Pessoal pretendeu assinalar esta transição para a Reserva de Disponibilidade (RD) com a realização de três cerimónias ocorridas em junho, agosto e outubro, uma para cada incorporação. Esta iniciativa enquadra-se nas atribuições do Gabinete de Carreiras e Recolocação Externa e traduz-se numa das iniciativas estratégicas e num dos indicadores estratégicos da Diretiva Setorial de Recursos Humanos 2017, através dos quais se promove a adesão dos militares que terminam o Regime de Contrato à plataforma “Oportunidades Profissionais” (disponível em <https://posrcadmin.marinha.pt>).

No decorrer da sua prestação de serviço efetivo, estes 96 militares adquiriram valências únicas e desempenharam funções nas mais diversas áreas da Marinha, desde a área do Comando Naval a órgãos de base, contribuindo o seu capital humano para a prossecução da missão atribuída aos diversos setores. Finalizado o regime de contrato, estes militares podem ainda usufruir de um conjunto de incentivos ao abrigo do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, durante os dois primeiros anos que sucedem à cessação do seu vínculo, tanto a nível da Marinha, com a possibilidade de aceder aos quadros permanentes,



bem como no âmbito da administração pública. É agora chegado o momento, para quem não ingresse nos quadros permanentes da Marinha ou noutra ramo das Forças Armadas, de colocar em prática o conhecimento, as competências e valores adquiridos durante a prestação de serviço em regime de contrato e que distinguem estes homens e mulheres que prestaram serviço sob o botão de âncora dos restantes jovens, no momento da procura de um novo emprego.

Na última cerimónia de despedida formal de passagem à reserva de disponibilidade, ocorrida em 27 de outubro de 2017, o Diretor de Pessoal, comodoro Soares Ribeiro, dirigiu-se aos cerca de 60 militares que efetuaram a sua transição para a vida civil em 2 de novembro, destacando a relevância do trabalho por eles desenvolvido durante os sete anos de ligação à Marinha e expressando o agradecimento pela sua dedicação enquanto militares. Nas suas palavras, o comodoro Soares Ribeiro destacou também a importância que estes jovens possuem agora junto da sociedade civil enquanto promotores de um maior conhecimento do que é a realidade de ser militar, do que é pertencer à Armada e do papel que podem desempenhar no contributo para que outros jovens, com quem se cruzam, decidam ingressar na Marinha.

Tendo sempre presente a divisa do Infante, “*talant de bien faire*”, cabe agora a estes jovens levar mais longe os valores da Marinha e a vontade de bem servir com que pautaram o seu desempenho nos últimos anos e atuar como importantes agentes de divulgação e de reforço da reputação da Marinha junto da sociedade civil.

DIA DA UNIDADE – CENTRO DE COMUNICAÇÕES, DE DADOS E DE CIFRA DA MARINHA

No passado dia 26 de outubro, comemorou-se o 12º aniversário do Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha (CCDCM).

A efeméride foi assinalada com uma cerimónia alusiva ao momento, presidida pelo 2º Comandante Naval, COM Oliveira Silva, em representação do VALM Comandante Naval, e nela estiveram presentes antigos diretores do CCDCM e oficiais representantes de diversas entidades, militares e civis, com as quais o CCDCM mantém uma estreita ligação.

A cerimónia incluiu a imposição de condecorações e a entrega de distintivos de tempo de embarque e de tempo de navegação a elementos da guarnição, seguida de uma alocução do Diretor do CCDCM, CFR Oliveira Inácio. Na sua alocução, lembrou que o CCDCM representa o corolário de um amplo projeto da Marinha na área das comunicações que visou a centralização, a integração e a racionalização de recursos que antes se encontravam dispersos pela Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro, pelo Centro de Comunicações e Cifra da Armada e pelo Centro de Comunicações do Alfeite, mas que visou, principalmente, a modernização das comunicações navais. Referindo-se ao produto operacional obtido até ao terceiro trimestre de 2017, o Diretor do CCDCM elogiou, ainda, o desempenho dos homens e mulheres que nele prestam serviço,



encorajando-os na persecução do cabal cumprimento da missão do CCDCM. No decorrer da sua alocução, destacou, também, os principais desafios a alcançar no futuro e a necessidade de estes serem alcançados em conjunto, com a colaboração e em articulação com os vários órgãos e serviços da Marinha e de outras entidades.

A cerimónia terminou com um almoço no exterior do CCDCM, seguido de um brinde ao CCDCM e à Marinha.

A missa dos marinheiros...



(...)Celebramos os louvores dos homens ilustres, dos nossos antepassados através das gerações (...)

Leitura do Livro de Ben-Sirá

Estava para não ir, pois nesse dia encontrava-me mais uma vez emaranhado na construção de uma estrutura que teima em abanar, num balanço bombordo/estibordo apostado em passar para além do centro de gravidade desta tão grande e complexa embarcação. A Marinha parece estar na “outra margem do Tejo”, distante deste lugar tão longínquo em que agora me encontro... Não do Tejo real, mas do Tejo mítico, que cada marinheiro português carrega, secretamente, na alma. Enfim, era a missa em honra dos 700 anos da Marinha, deixámos tudo. Lá fomos – eu e outro médico – do Hospital das Forças Armadas...

É verdade que costumo ir à missa, embora não com a persistência de um verdadeiro católico, sem pecado. Ao contrário, eu sou certamente um pecador recorrente e, frequentemente, de muito pouca Fé. Tenho uma relação com Deus que foi forjada na vida, de certa forma tardia e baseada nalgum sofrimento e perplexidade. Na minha própria perplexidade e naquele sofrimento que, no sentir deste mister complexo que é ser médico, encontro nos olhos de outros... Raramente eu e Ele estamos completamente em paz, muitas, muitas vezes, estamos às avessas, especialmente quando sinto que são perseguidos os justos e, inexplicavelmente, poupados os ímpios...

Contudo, acreditar em algo maior que nós próprios é um sentimento que sempre me reconfortou, ou seja, em primeiro lugar enquadrámos a vida numa dimensão maior que a nossa. Para o bem e para o mal, aceitamos, se quiser o leitor atento e persistente, que, por maior importância que nos atribuamos, ou que outros nos atribuam, tudo é temporário e efêmero... Percebemos ainda que, lá bem no fundo, as nossas construções maiores provêm de pequenas coisas que talvez sejam pouco valorizadas por outros... Um sorriso, uma poesia, aquela saudade de alguém que realmente nos tocou e a liberdade de perdoar quem nos ofendeu... O ato mais libertador que se apresenta ao ser humano.

Ora, naquele dia, valeu bem a pena a viagem aos Jerónimos para celebrar, com tantos marinheiros, os 700 anos da Marinha. As leituras foram feitas com emoção... e foram feitas por marinheiros, com um sentir pleno e, mais importante, partilhado por muitos dos homens e mulheres presentes naquela sala... A música, essa foi verdadeiramente celestial, tocada maioritariamente por muito jovens músicos marinheiros, que trouxeram uma parte dos céus à Terra... a esta Terra... Destacou-se o órgão, que emprestou uma profundidade e um peso emocional à celebração, que poucas vezes presenciei.

Contudo, eu também não sabia que havia marinheiros capazes de declamar e cantar salmos, ou composição sacra, com tanta, tanta alma... tanta perfeição e tanta profundidade. Foi uma grande surpresa e não só para mim, pois nas faces presentes era visível o espanto... Emprestando-se uma solenidade à missa que, nesta ocasião, era certamente merecida. Foram, estou seguro, devidamente honrados os marinheiros de antanho, que não fenecerão nas nossas almas...

Mas as surpresas, naquele dia, não haviam acabado com o fim da celebração, pois foi a primeira vez que vi um Oficial de grande importância na Marinha do presente cumprimentar, uma por uma, todas as pessoas que nos Jerónimos estavam, e seriam algumas centenas... Notei, a este propósito, que na minha frente, na fila de saída, havia duas antigas funcionárias de limpeza. Foram as duas cumprimentadas de uma forma personalizada, rara numa instituição tão grande e diferenciada como a nossa...

Saí a sorrir com a certeza do que acabara de viver... Honrámos, como diz a leitura acima, os homens ilustres da Marinha, mas foram também honrados todos os que, de uma forma ou de outra, estão a ela ligados... E aquele especial cumprimento, no final, lembrou-me que “abençoados são os humildes, pois deles é o reino dos céus” ...

Enfim, por tudo isto, tanto sentir, tanto rezar, tanta emoção, valeu certamente a pena ir aos Jerónimos naquela manhã... O Deus dos homens do mar, de ontem e de sempre, também se viu seguramente honrado...



O MAR DOS AÇORES

Ao longo dos meus 17 anos de embarque e no que toca a porradinhas, recordo as duas que mais me vincaram e exactamente ocorridas nos Açores: em S. Miguel, na noite de 3 para 4 de Outubro de 1946, no *Vouga* (Comandante António Ferreira de Oliveira), e em Fevereiro de 1952 na Ilha Terceira, agora no navio balizador *Almirante Schultz* (Comandante Almeida Joglar e Imediato Alcibiades da Cruz). Ambas causadas por ventos ciclónicos de SW, mas é desta última que trata esta estória.

O *Almirante Schultz* foi o navio que, não obstante um acidente que me custou dois meses no “cruzador amarelo” (também conhecido por Hospital da Marinha), mais se adaptava ao meu pacifismo. Não tinha peças de artilharia e a sua função era



nobre, a todos os títulos. Dava-se assistência técnica a faróis; beneficiavam-se bóias luminosas de balizagem, poitas e as respectivas amarrações que enchiam a tolda. E também tínhamos uma cadela perdigueira, de olhos meigos, a “Isba”, e a sua prole. Eram oito amorosos cachorrinhos que às vezes interrompiam a faina para se proceder, no emaranhado das amarras, à sua recolha, contagem e justa prisão no casinhoto. Eles eram o “Moitão”, o “Cadernal”, a “Patesca”... e por aí fora. Depois de Leixões, Setúbal, a barra de Faro-Olhão e Vila Real de Santo António, rumámos aos Açores para substituição das garrafas de acetileno no farolim de um dos ilhéus das Formigas, a leste de S. Miguel, cerca de 35 milhas. Depois de outros trabalhos eis-nos chegados a Angra do Heroísmo, na linda Ilha Terceira.

Num entardecer lindíssimo, estamos (o Carlos, electricista, e eu) passeando na praça, onde tocava uma filarmónica, seguindo, casualmente, um grupo de raparigas, quando chega uma outra moça que distribui beijinhos. Parados a assistir, exclama o Carlos: – E nós, nada! – Então a moça, desinibida, vem junto de nós e beija-nos. Tivemos conversa até virmos para bordo. Eram 22h00.

O tempo estava calmo, sem sopro de vento, mar chão e tanto assim que o gasolina não foi içado contra o que era costume, sobretudo em portos de levante.

Pelas 23h30, o Mestre Madaleno apita à faina. Levantara-se um sudoeste com tal fúria que o gasolina, ao ser içado, bateu violentamente

no rufo da casa da máquina, ficando praticamente desfeito. Entretanto, na tolda apinhada de *bidons* de gasóleo, óleo e gasolina, houve que reforçar o seu peamento, o qual foi feito com enorme dificuldade. Em consequência, o nosso imediato sofre um acidente numa perna, sendo levado ao colo para o seu camarote, onde se manteve até ao Faial.

Içado o ferro e com o Monte Brasil já pela alheta de EB, aproumos à vaga já de enorme altura, aterradora, que não augurava nada de bom. E tive medo. Por outro lado, confiava no navio, como rebocador de alto-mar que era. Mesmo assim, afrontando este mar tempestuoso não lhe era permitido um desvio que, a acontecer, lhe (nos) seria fatal. E, para isso, concorreram dois factores de relevo: um comandante com um marinheiro de leme à

altura da situação e, sobretudo, a ideia e o fazer do 1º Marinheiro de manobra, Silva, que preventivamente colocara aparelhos de força (massame) para substituição e garantia de funcionamento do leme caso houvesse rotura nos gualdropes (correntes de ferro, aliás já muito gastas), o que veio a acontecer pouco depois de deixarmos a ligeira acalmia oferecida pela costa ocidental da ilha de S. Jorge. Passou agora o navio a ser governado à força de braços, situação que se manteve até ao fim desta prova de mar.

Mas antes, já passadas 36 horas sem descanso e sem comer, des-

maiei. Fui acordado com duas bofetadas dadas pelo nosso Silva, provando assim a sua qualidade de homem providencial. Fiquei-lhe agradecido, apesar de tudo.

Ao marinheiro Silva devemos, sem qualquer ponta de exagero, as nossas vidas. Depois e já com a ilha do Faial à vista, foi mais fácil suportar a ansiedade. A entrada no porto da Horta afigurava-se difícil e perigosa mas, felizmente, correu bem. No momento da atracação os dois motores de 200 CV pararam... por falta de combustível. Milagre! Foi a explicação. A verdade é que entrara água nos tanques. Se isto tem acontecido 10 minutos antes, não havia estória para contar.

O nosso Imediato foi levado para o hospital.

Foram momentos horríveis, de sofrimento, medo, angústia, de deitar um homem abaixo?

Nada disso. E a prova está no marinheiro telegrafista que, logo após a atracação e quando toda a guarnição só pensava em descansar, aparece fardado de azul e, com o ar mais natural deste mundo, preparava-se para saltar em terra.

Saudades do mar? Sim.



Teodoro Ferreira
1TEN SG REF

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

BONS CONSELHOS

O documento no qual se baseia o que hoje aqui se relata não está datado, não indica o destinatário, nem tão-pouco é possível identificar, através da rubrica que ostenta, quem terá sido o seu autor.

As referências constantes no texto, a caligrafia e a natureza dos temas tratados levam a admitir que o autor poderia ter sido alguém com experiência das Carreiras do Brasil e da Índia e, muito possivelmente, algum conhecimento do governo da Índia. Relativamente ao destinatário, este aparenta ser alguém destinado ao exercício de um alto cargo na Índia, governador ou, eventualmente, Vice-Rei, e isto porque as recomendações e os temas tratados vão muito para além dos aspectos relacionados com a vida a bordo, sendo alguns relacionados com o governo do Estado.

Relativamente à vida no mar, único aspecto que aqui nos interessa abordar, o primeiro conselho relaciona-se com a escolha do alojamento, o qual deveria ser na rabada (popa) do navio, isto porque era mais alto, mais desafogado, mais distante dos fétidos cheiros das cobertas, para além de ser o lugar mais apropriado para acudir a qualquer ocorrência que se viesse a verificar.

Esclarece seguidamente que, não havendo a bordo qualquer tipo, ou possibilidade, de exercício corporal, seria bem melhor para a saúde comer pouco, tomando refeições leves e restringindo os “comeres” salgados, evitando assim um consumo elevado de água que, a bordo, era usualmente um bem escasso e racionalizado.

Para a vida do dia-a-dia aconselha levantar ao romper da alva, aproveitando assim as brisas matinais, enquanto que o deitar deveria ocorrer por volta das 22h00.

No que se refere ainda à alimentação aconselha, no caso de se tornar necessária dieta, o consumo de carne de galinha.

Quanto ao combate aos maus cheiros, naqueles tempos uma verdadeira praga da vida a bordo, indica que estes deveriam ser combatidos perfumando todas as instalações com alecrim, já que este, segundo o autor da carta, “limpa muito os ares”.

A higiene das cobertas merece-lhe uma atenção especial, recomendando a utilização de vinagre para a sua limpeza; as cobertas deveriam ser primeiramente lavadas e, depois de enxutas, borrifadas então com muito vinagre. À falta de vinagre dever-se-ia utilizar o fumo do alcatrão, igualmente eficaz no combate aos maus cheiros, para perfumar as cobertas, o que poderia ser feito mergulhando um ferro em brasa num balde de alcatrão para defumar esses espaços.

Uma das práticas que o autor reputa como muito importantes é o uso de banhos semicúpios que, em seu entender, são “coisa admirável para conservar a saúde”.

Ainda relacionado com a vida a bordo é indicada a existência de um costume que é esta a primeira vez que vejo referido, e que consistia na oferta ao piloto do navio de um anel valioso aquando da passagem do Cabo da Boa Esperança e um outro à chegada à Índia. Já quanto à passagem do Equador, que alguns pretendiam ser igualmente objecto de oferta de presente valioso, o autor desaconselha que se faça tal, pois não era costume habitual.



Cmdt. E. Gomes

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

DESPORTO

CORRIDA COMEMORATIVA DOS 700 ANOS DA MARINHA

No passado dia 20 de novembro o CEFA organizou, na Base Naval de Lisboa, a Corrida Comemorativa dos 700 anos da Marinha, que teve uma expressiva adesão de todos os setores da Marinha traduzida na participação de 304 atletas, divididos em 76 equipas representativas das seguintes U/E/O: Aquário Vasco da Gama, BNL, CEFA, CENCOMAR, CF, Fragata *D. Fernando II e Glória*, Direção de Faróis, Direção de Formação, DA, DAF, DAGI, DCOF, DI, DIRMAR, DITIC, DJ, DMNL, DN, DP, EAM, EN, ENSUP, ES, ETNA, GABCEMA, INSPGERALMAR, INSPMAR, ISN, NRP *Bartolomeu Dias*, NRP *Corte Real*, NRP *Mondego*, NRP *Sagres*, NRP *Vasco da Gama*, SUPERFINANCAMAR, SUPERPESSOALMAR, UAICM e UTITA. Durante o percurso de 5 km, os 4 elementos de cada uma das equipas tinham de manter entre si uma distância inferior a 20 metros, o que motivou e fomentou o espírito de equipa e de entreajuda.

A cerimónia de entrega de prémios foi presidida pelo Superin-



Escalão	Unidade	Elemento 1 (Responsável Equipa)	Elemento 2	Elemento 3	Elemento 4
I ESC	CF 6	9815500 CAB FZ Maduro da Silva	9802707 1MAR FZ Caires Mendonça	9817009 1MAR FZ Luna Costa	9804305 1MAR FZ Terrinha Oliveira
II ESC	ETNA 5	9310200 1SAR CM Ribeiro Lomba	9355104 1SAR ETS Guerreiro Oliveira	9309404 1SAR C Freitas Jordão	9809800 CAB FZ Loureiro Duarte
III ESC	ETNA 3	22900 1TEN AN Sandra Conceição	6306692 1SAR TF Velinho Dias	359192 1SAR CM Teixeira de Sousa	9333303 1SAR R Laura Grilo

tendente do Pessoal, VALM Novo Palma. As unidades das equipas vencedoras – ETNA e CF – receberam um quadro alusivo à corrida, contendo o diploma régio em que D. Dinis outorgou o título de Almirante a Manuel Pessanha, a 1 de fevereiro de 1317.

FUTSAL – 33º CAMPEONATO NACIONAL MILITAR 2017



Entre os dias 8 e 10 de novembro a Marinha recebeu e organizou a 33ª edição do Campeonato Nacional Militar de Futsal, com a participação das seleções da Marinha, Força Aérea e PSP nos I e II escalões masculinos e escalão único feminino.

A PSP foi a vencedora do I escalão masculino, tendo a Força Aérea conquistado o título de campeã no II escalão masculino e no escalão feminino. Os troféus, masculino e feminino, foram ganhos pela Força Aérea.

A cerimónia de encerramento, presidida pelo Diretor de Formação, Comodoro Soares Ribeiro, contou com a participação da Banda da Armada.

	I Escalão Masculino	II Escalão Masculino	Escalão Feminino
1º	PSP	Força Aérea	Força Aérea
2º	Força Aérea	PSP	PSP
3º	Marinha	Marinha	Marinha

CORTA MATO – 39º CAMPEONATO NACIONAL DA MARINHA

Organizado pelo Exército, realizou-se no dia 24 de novembro, no Campo Militar de Santa Margarida, o 39º Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato. Com a presença de todos os ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, a GNR foi a grande vencedora, conquistando os dois troféus – masculino e feminino – que premeiam o Ramo/Fseg que obtém o melhor conjunto de resultados no escalão masculino e feminino, respetivamente.

RESULTADOS DE MARINHA

22900 1TEN AN Sandra Conceição (ETNA) – 1º lugar (2º escalão feminino)

9333303 1SAR R Laura Grilo (ETNA) – 2º lugar (1º escalão feminino)

9803610 1MAR L Pereira Miguel (NRP *CISNE*) – 2º lugar (1º escalão masculino)



PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E EXERCÍCIO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a obesidade é um problema de saúde pública devido à sua elevada prevalência em vários países, incluindo Portugal, e tem origem em estilos de vida desadequados, apesar de ser influenciada por fatores genéticos, culturais e ambientais. O nosso ambiente militar é o reflexo da nossa sociedade e nos últimos anos tem-se verificado um aumento das pessoas com excesso de peso na Marinha Portuguesa. Identificando-se a necessidade de intervir nesta área, foi desenvolvido o programa de Promoção da Saúde e Exercício sob a coordenação do 1TEN ST-EPSI Cruz Neves, psicólogo do Gabinete de Psicologia do Centro de Medicina Naval.

AP – Qual a origem do programa de Promoção da Saúde e Exercício (PSE)?

CN – O primeiro programa PSE foi criado de raiz pelo gabinete de Psicologia da Escola de Tecnologias Navais em 2013. Foi dirigido apenas a participantes dessa escola. De uma forma geral correu bem e com as lições aprendidas desenvolveu-se mais uma edição. Dado o interesse do Centro de Educação Física da Armada (CEFA) em proporcionar a participação a elementos de outras Unidades, decidiu-se organizar um programa na Base Naval de Lisboa (BNL). Para tal foi necessário criar uma equipa que, além de mim, enquanto psicólogo, incluiu a nutricionista STEN TSN Ana Teixeira, da Direção de Abastecimento, dois monitores de Educação Física do CEFA, a STEN TSN Mafalda Hipólito e o CAB FZ MEF Eduardo Mestre, bem como a enfermeira 2SAR HE Filipa Azevedo e o médico da Unidade de Medicina do Exercício 1TEN MN Santos Henriques, ambos do Centro de Medicina Naval (CMN). Este programa beneficiou ainda do apoio institucional da Direção de Análise e Gestão da Informação (Especialista de Informática Sofia Daniela Alves) no que corresponde à elaboração do material de divulgação.

AP – Em que é que consiste o programa PSE?

CN – O PSE é um programa de intervenção grupal com a duração de 5 meses seguidos de 6 meses de *follow-up*. Este programa tem a finalidade de modificar os hábitos de vida, através de alterações na alimentação (acompanhamento quinzenal), estimulação da prática regular de atividade física (acompanhamento trissemanal) e compreensão dos aspetos psicológicos (acompanhamento semanal). Os participantes são avaliados quinzenalmente em termos biométricos e têm acompanhamento médico quando necessário.

AP – Parece ser um programa muito completo e exigente.

CN – Com empenho, cooperação e dedicação conseguem-se atingir os objetivos. Os participantes têm à disposição boas instalações, uma equipa motivada e próxima, além do apoio do seu comando – dado que existe um limite de faltas, sob pena de exclusão do programa, as candidaturas exigem o consentimento informado visado pelos chefes diretos. Com o compromisso da equipa técnica e do comando, tudo depende da vontade de cada um.

AP – Como correu a primeira edição?

CN – O programa decorreu entre 1 de março e 20 de julho de 2017, e contou com 14 participantes. Um dos participantes não terminou o programa devido a destacamento da Unidade. Verificou-se, globalmente, uma evolução positiva dos parâmetros avaliados, entre eles: pressão arterial, frequência cardíaca, índice de massa corporal (IMC), percentagem de massa gorda e magra, de gordura visceral, dos perímetros abdominal e da anca. No final, o



grupo conseguiu subtrair 83,9 kg ao seu peso coletivo. Os dados apontaram ainda para uma mudança significativa no estilo de vida dos participantes.

AP – Já há data para a próxima edição do programa?

CN – O próximo programa terá início no dia 29 de janeiro de 2018 e terminará a 6 de junho, com sessões diárias, de 2ª a 6ª feira, no horário das 11h30 às 12h30. Todos os participantes serão sujeitos a um *follow-up* do programa entre 8 de junho de 2018 e 11 de janeiro de 2019.

AP – Como é que as pessoas se podem inscrever?

CN – Os interessados podem inscrever-se até 15 de janeiro através de um formulário que está disponível no portal da Intranet do CEFA. Posteriormente, a pessoa é contactada para realizar a entrevista com os técnicos do programa. De salientar que o programa está aberto a todos os militares, militarizados e civis, com excesso de peso ou obesidade, que se encontrem a prestar serviço nas Unidades sediadas na BNL. É dada preferência aos indivíduos nas seguintes condições: obesidade mórbida (IMC ≥ 40); militar; ausência de limitações físicas que condicionem a prática de exercício físico; sem previsão de destacamento nem gozo de férias por mais de duas semanas durante o período em que decorrerá o programa. Serão selecionados apenas 10 participantes, mediante entrevista e avaliação médica.



Ana Cristina Pratas
1TEN MN

www.facebook.com/participanosadeparatodos

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 209

NORTE (N)				SUL (S)			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
A	A	9	A	R	7	A	2
5	D	8	10	7	4	R	
2	3	7	8	3		10	
			5	6		4	
				4		3	
				2			

OESTE (W)				ESTE (E)			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
10	V	V	R	D	R	D	D
9	10		9	V	8	5	V
8	9		7	6	6		
			6	4	5		
			4				
			3				

GRAU DE DIFICULDADE – MÉDIO POR SER A 4 MÃOS

Todos vuln. S joga 6♦ recebendo a saída de ♥V. Como deverá S jogar para cumprir este contrato em que tem 2 perdentes (1♠+1♥)?

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 209

Face à saída o R não estará bem colocado, pelo que deixa fazer a vaça e pega de A a seguir, pois W continuou com ♥. Tira os trunfos, faz ♠A e bate mais 4♦ chegando-se à 9ª posição com as seguintes cartas: S – ♠R73 ♦2 ♣W – ♠1098 ♥R, N – ♠A5 ♦D10 e E – ♠DV6 ♥R. Repare agora que foi montado um duplo squeeze, estando W squeezed entre ♠♥♦ e E entre ♠♥♦ e E – ♠DV6 ♥R. Repare agora que foi montado um duplo squeeze, estando W squeezed entre ♠♥♦ e E entre ♠♥♦ e E – ♠DV6 ♥R. Repare agora que foi montado um duplo squeeze, estando W squeezed entre ♠♥♦ e E entre ♠♥♦ e E – ♠DV6 ♥R.

Nunes Marques
CALM AN

PALAVRAS CRUZADAS

Problema nº 192

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										

HORIZONTAIS: 1 – Nome de oito réis de Edessa, na Mesopotâmia; que cresce na areia. 2 – Almirante cartaginês, venceu os romanos no mar, em 249 a.C. 3 – Nota musical; símbolo hindú do poder gerador (Inv.); símb. quím. do bário (Inv.). 4 – Cristão na confusão; senhor. 5 – Cenas, na barafunda; recuar. 6 – Peça com que se estreita a abertura dos chapéus; quebradiça. 7 – Lçara; tarso na confusão. 8 – Ofereceu; imaginado. 9 – Letra grega (Inv.); paixão (Fig.); aspecto. 10 – Alta. 11 – Malha de cabelos no casco do cavalo; orvalho.

VERTICAIS: 1 – Levam à força. 2 – Pequeno barco sem coberta, de remos, à vela ou automóvel. 3 – No princípio de gala; ave sindáctila, de bico duro e recurvo, provido de um apêndice parecido com um pequeno corno; preposição. 4 – Engalanar; cento cinquenta e um romanos. 5 – Administração de certos serviços pelo Estado, por meio de agentes seus; encontrem. 6 – Três de Norte; baixo (Inv.). 7 – Falta uma para ser Saboia, na barafunda; Mário, na confusão. 8 – Morada (Inv.); pentear ou destrinçar com cardo. 9 – Duas de anil; acusa, na barafunda; antes de Cristo. 10 – Inundada. 11 – Teatro de grandes operações (Fig.).

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 192

HORIZONTAIS: 1 – ABGAR; ARNAL; 2 – ADERBAL; 3 – RE; OGNI; 4 – ABERAL; 5 – SCANE; ACUAR; 6 – TALU; ACRA; 7 – ALARA; 8 – DEU; CUIDADO; 9 – OR; CHAMA; AR; 10 – ELEVADA; 11 – ARMIN; ROCIO.
VERTICAIS: 1 – ARRASTADORA; 2 – ESCALER; 3 – GA; CALAU; EM; 4 – ADORNAR; CL; 5 – REGIE; ACHEM; 6 – RNT; UAV; 7 – ABOIA; 8 – RAL; CARDADO; 9 – NI; AUCSA; AC; 10 – AMARADA; 11 – LABORATÓRIO.

Carmo Pinto
1TEN

SUDOKU

Problema nº 41

FÁCIL

		5			1		6	
			2			3		
5			9	2		4		
2		7				9		
	1			4		2		6
					8			
		6	1	7				
	3			9	6		8	

DIFÍCIL

4			3					9
				9				
			2	7		6		
6		5					8	2
			3			4		
			9			7		6
9				8	2			7
1								
			6	1		3		

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 41

FÁCIL

2	8	7	6	9	5	4	7	3	7	3	7
7	5	3	2	7	1	7	7	8	6	6	6
3	6	9	7	4	6	8	8	8	8	8	8
7	9	7	4	8	2	5	1	5	2	4	3
6	8	5	2	7	4	8	6	7	3	1	9
8	1	3	9	2	6	4	7	5	2	4	7
6	7	5	1	3	6	8	8	6	8	2	2
3	4	1	3	9	5	8	7	1	2	7	6
5	9	1	2	7	8	6	3	4	7	8	6
3	6	7	5	4	9	8	2	1	6	9	3
9	4	8	2	3	7	5	4	8	2	1	7

DIFÍCIL

7	2	7	4	7	7	2	7	2	3	6	7	8	8	1
1	5	8	8	8	7	6	7	3	2	2	3	6	7	6
9	3	6	4	8	2	5	1	7	1	5	2	4	3	7
2	4	7	8	5	7	1	6	3	6	3	1	9	8	8
8	1	3	9	2	6	4	7	5	2	4	7	6	1	3
6	7	5	1	3	6	8	8	6	2	2	7	7	4	1
3	4	1	3	9	5	8	7	1	2	7	1	2	6	9
5	9	1	2	7	8	6	3	4	7	8	7	1	2	6
3	6	7	5	4	9	8	2	1	6	9	3	7	5	4
9	4	8	2	3	7	5	3	8	1	7	6	9	3	8

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

• CALM AN Sílvio Manuel Henriques da Silva Ramalheira, Inspector-Geral da Marinha, em Regime de acumulação.

RESERVA

• SMOR L Carlos Manuel do Rosário Arvelos • SMOR FZ Eleutério Augusto Macedo • SCH FZ Fernando Manuel da Silva Ferreiro • SCH A Fernando Manuel Colaço Serrano • SCH FZ Fernando Manuel da Silva Ferreira • SCH FZ Fernando José Pereira da Silva • SAJ FZ Abílio Vieira Carvalho • CAB CRO Fernando Ribeiro de Abreu.

REFORMA

• CALM Rui Manuel Costa Casqueiro de Sampaio • CALM MN Armando Filipe da Silva Roque • CMG Rui Manuel Ferreira Gonçalves • CFR SEC Daniel Pires Ramos • CFR MN José Francisco Ramos Cabaço • CFR EN-AEL Mário Pedro Guerreiro Marques da Silva • 1TEN STC José Salvado dos Santos • SMOR A Manuel António Farinha • SMOR R Gilberto Gonçalves Simões • SMOR H Jorge dos Santos Bruges • SCH E Rui Manuel Azevedo Antunes • SAJ A Adelino de Sousa Rodrigues • SAJ CM José dos Santos de Oliveira Moimenta • SAJ TF António Augusto Pantaleão Patrício

• SAJ CM João Maria Araújo da Silva • 1SAR M Pedro de Oliveira Sanguedo • CAB E Joaquim Pedro Vicente Cruz • CAB CM José Pacheco Francisco • CAB L Hélder José Carlos Garcia Marques • CAB A Antero do Amaral Botelho • CAB A José Pedro da Luz Fernandes Baptista • CAB M António dos Santos Ruivo • CAB FZ Paulo Manuel Pacheco Craveiro Duarte • CAB TFH João António Fonseca Carvalho • CAB T Paulo Alexandre Ferreira Gonçalves.

FALECIDOS

• 80951 CMG AN REF Fernando Alves Vieira • 71252 CMG EMQ REF Fernando Gomes • 571959 CTEN FZ REF Ramires Palma Bonito • 367754 SMOR FZ REF Manuel António Rosa da Silva • 59864 SCH CE REF António Gonçalves Margato • 225749 SAJ A REF Maximiano António Vinagre • 310753 SAJ C REF António Nunes de Bessa • 555056 SAJ FZG REF Arlindo Ferreira Simões • 94064 SAJ TF REF Joaquim Cruz Ferreira • 284644 1SAR CM REF Esmeraldo José Jaques • 821162 1SAR FZ REF Fernando Monteiro • 225949 1 SAR A REF Elísio Cajão Gaspar • 264249 1SAR A REF Henrique dos Santos Alves • 137770 2SAR C REF Adolfo Alves Canário • 160669 CAB FZE REF João Filipe Maquilão Mendes • 218580 CAB CCT REF Mário José Duarte Rodrigues • 33010669 AG 1CL PM QPPM APO Germano dos Santos Ferreira Sopas • 33010960 AG 1CL PM QPPM APO Armando Francisco Marreiros.

CONVÍVIOS

FAÍSCAS DA ARMADA

Realizou-se no dia 10 de junho, no restaurante “A Cabrinha”, em Cacilhas, o almoço de confraternização de “Os Faíscas da Armada”, retomando a tradição instituída em 10 de junho de 1948 pelo grupo dos 9 primeiros eletrotécnicos da Marinha. A presença de alguns dos mais antigos Faíscas e o espírito evidenciado no almoço, são um estímulo para os organizadores dinamizarem estes encontros.

GUARNIÇÃO DO NRP FIGUEIRA DA FOZ

No dia 15 de setembro a guarnição do NRP *Figueira da Foz* juntou-se para um almoço-convívio na já tradicional tarde de foga-reiro integrado nas festas da Moita, proporcionando assim uma amostra de camaradagem, dignificando e ao mesmo tempo elevando bem alto o bom nome da Marinha.



“FILHOS DA ESCOLA” | SETEMBRO DE 1962

Realizou-se no dia 30 de setembro o almoço-convívio dos «Filhos da Escola» da incorporação de setembro de 1962 a fim de comemorar o seu 55º aniversário.

O encontro decorreu em ambiente de sã camaradagem recordando-se os muitos e bons momentos passados na Briosa.

Destacam-se dois momentos altos deste encontro: as homenagens à Organização, na qual alguns dos membros há vários anos assumem a organização dos encontros, e também a Arnaldo Batalha Duarte, que tem assumido desde 1982 a coordenação de todas as confraternizações efetuadas anualmente.

O convívio terminou com o habitual «Corte do Bolo» e a promessa de novo encontro.





SÍMBOLOS HERÁLDICOS

BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DO FUNCHAL



José Cabrita

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de azul com uma corda de prata em orla e em aspa, com nós nos pontos de interceção. Entre os braços da aspa duas estrelas de seis pontas de ouro em chefe e em ponta, carregadas com âncora de azul, e dois pães de açúcar de ouro nos flancos, realçados de vermelho. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, "COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DO FUNCHAL".

SIMBOLOGIA

Os pães de açúcar constituem o elemento distintivo do brasão municipal. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.



SÍMBOLOS HERÁLDICOS

BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DA FIGUEIRA DA FOZ



José Cabrita

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de verde com estrela de seis pontas de prata, carregada com âncora de verde, mantelado de prata com duas folhas de figueira de verde. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, "COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DA FIGUEIRA DA FOZ".

SIMBOLOGIA

As folhas de figueira encontram-se presentes no brasão municipal. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.